

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP

Au14i Aubert, Francis Henrik
As (in)fideliades da tradução: servidões e
autonomia do tradutor / Francis Henrik Aubert. --
Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1993.

(Coleção Viagens da Voz)

1. Tradução e interpretação. 2. Lingüística
aplicada. I. Título.

ISBN 85-08-0279-1

20. CDD - 418.02
- 418

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Tradução e interpretação - 418.02
2. Lingüística aplicada - 418

Coleção Viagens da Voz

Copyright © by Francis Henrik Aubert

Coordenação Editorial
Carmen Sílvia P. Teixeira

Editoração
Nívia Maria Fernandes

Preparação de originais
Vera Luciana Morandin

Revisão
Katia de Almeida Rossini
Vania Aparecida da Silva

Composição
Gibnar Nascimento Saraiva
Sílvia Helena P. C. Gonçalves

Luis Cláudio Gomes

Montagem
Ednilson Tristão

Capa
Vlad Camargo

SUMÁRIO

Introdução	7
A dimensão temporal	15
Os participantes do ato tradutório	23
Os códigos	29
Os referentes e suas expressões no código	43
Interação entre os participantes do ato tradutório e o complexo código/referente: a questão das competências	53
Os canais	63
As mensagens e os limites da "fidelidade"	73
A autonomia do tradutor e da tradução	79
Bibliografia	87

N. 5 - 306.54324

1993

Editora da Unicamp
Rua Cesário Feltrin, 253
Cidade Universitária - Barão Geraldo
CEP 13084-110 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: (0192) 39.3720
Fax: (0192) 39.3157

INTRODUÇÃO

Em uma visão bastante difundida da tradução e do traduzir, o seu agente, o tradutor, tende a ser visto como submetido a diversas "servidões". Escravo do texto e/ou do autor do original e atrelado às restrições impostas pelas diversidades lingüísticas e culturais, o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal, livre de "ruidos" ou outras obstruções à passagem "plena" do texto original à sua nova configuração lingüística. Quando estas se manifestam, ou são tidas por se manifestarem, constituiriam "interferência" indevida por parte do tradutor, originários de sua incompetência para a função que se propôs, e resultante em desvios inadmissíveis. Quando, porventura, essas obstruções passam despercebidas, a percepção da existência do tradutor fica ofuscada. Lembrado em suas falhas, relegado ao esquecimento em seus êxitos, o tradutor, nessa visão, aparece como figura menor, secundária, um mal por vezes necessário,

mas sem mérito pessoal outro que não seja o seu próprio apagamento.

É forçoso admitir que os casos de incompetência, em seus diversos matizes de escopo e de intensidade, campeiam na área da tradução tanto quanto em quaisquer outras esferas de atividade, profissional ou não. As verdadeiras questões, porém, são outras. É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento? Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? Admitida a diversidade lingüística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente, um conjunto de "serviços" impositivos?

A busca de respostas a tais indagações exige, é evidente, uma análise mais detida e detalhada dos diversos fatores intra e intersubjetivos, temporais, lingüísticos e culturais, que se fazem presentes e exercem variadas influências sobre o desenrolar do processo tradutório e, por conseguinte, sobre o seu produto, o texto traduzido.

Aqui coloca-se uma primeira dificuldade. As questões propostas dizem respeito, primordialmente, ao fazer tradutório, mais que ao texto traduzido. No entanto, os estudos tradutológicos que têm por ênfase primeira a análise do *produto* do ato tradutório e o confronto deste com o texto de partida, "original",¹ compõem a parte mais volumosa da bibliografia sobre o tema. Menos freqüentes e, talvez não surpreendentemente, mais hesitantes ou mais polê-

¹ Para um questionamento do conceito de "texto original", vide Arrojo, 1986.

micar, são as tentativas de flagrar a tradução no seu fazer, isto é, como *processo*, sem resvalar para a fácil tentação do normativismo, da proposição de regras de boa conduta tidas por adequadas para assegurar um bom desempenho e um bom produto final.

Neste livro, desenvolvido a partir do capítulo II da tese de livre-docência do Autor², propõe-se empreender uma investigação não propriamente do cerne do processo tradutório, em que os elementos de natureza psíquica e neurológica sem dúvida devem assumir um papel preponderante mas, de forma algo menos ambiciosa, circundar esse mesmo cerne, numa indagação acerca de diversos fatores de ordem lingüística e extralingüística, subjetiva e intersubjetiva que, com pesos variados, definem o quadro e influenciam o desenrolar desse processo. Pretende-se, desta forma, responder, ao menos em parte, às questões aqui sugeridas como pertinentes e fornecer elementos que permitam uma revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução.

Admitindo, embora, que os estudos tradutológicos ainda não se encontram amadurecidos a tal ponto que se possa propor, de maneira consistente, uma verdadeira Teoria da Tradução, precariedade essa que torna problemática a propositura de uma definição pronta e acabada dos conceitos "tradução" e "traduzir", pode-se, ao menos, delinear a situação-tipo em que a tradução se manifesta, o que

² Aubert, 1991b. Contribuíram para o amadurecimento destas considerações acerca do ato tradutório as sugestões da banca, integrada por Eni Puccinelli Orlandi, Rafael Hoyos Andrade, Geraldina Porto Witter, Italo Caroni e Martha Steinberg, bem como a interação reflexiva constante com o tradutor Danilo Ameixeiro Nogueira.

basta para atribuir-lhe determinados traços nocionais pertinentes para a discussão. Assim, supõe-se que toda tradução é motivada por uma necessidade ou por um conjunto de necessidades, subjetivas e/ou objetivas, individuais e/ou coletivas, necessidades essas manifestando-se sempre que, sob quaisquer circunstâncias, venha a ocorrer um bloqueio parcial ou total na relação comunicativa Emissor (-) Receptor e que possa ser atribuído a interferências provocadas pela variação lingüística. Esquemáticamente, obtém-se a seguinte configuração:

(1) EMISSOR → mensagem 1 → (bloqueio)/RECEPTOR

(2) EMISSOR → mensagem 2 → RECEPTOR

em que:

mensagem 1 ⇒ mensagem 2

Trata-se, portanto, de uma segunda relação comunicativa, que se substitui à primeira ou que, de alguma forma, a complementa. O segundo ato comunicativo é, lógica e factualmente, posterior ao primeiro, quer se trate de um intervalo mensurável em segundos (interpretação simultânea) ou em séculos. Esse novo ato comunicativo se fundamenta numa relação de equivalência), ou seja, as mensagens geradas no primeiro e no segundo atos comunicativos mantêm entre si um certo grau de correspondência, correspondência essa cuja natureza precisa constitui um dos principais desafios para a reflexão sobre o fenômeno tradutório, especificamente, e sobre o fenômeno lingüístico, em geral. São,

por necessidade, diferentes em um ou mais aspectos (caso contrário não se efetiva uma *substituição* e sim mera *reiteração*, geralmente inócua) e, no entanto, entretêm entre si uma relação tal que o segundo ato comunicativo (o ato tradutório) produz (ou perceptivelmente procura produzir) efeitos de sentido similares aos pretendidos no primeiro.

Dessa substituição, e tendo em vista o intervalo de tempo, maior ou menor conforme o caso, entre os dois atos comunicativos, decorre uma certa alteração de papéis na relação Emissor/Receptor, além da substituição ou variação de um ou mais componentes do complexo comunicativo, incluindo os *participantes* propriamente ditos, o *código* e/ou o *referente*, a *mensagem* e/ou o *canal*.

A natureza do bloqueio comunicativo que gera uma situação tradutória prende-se, como ficou dito, à variação lingüística. Entenda-se tal variação no seu mais amplo sentido: abarca desde as variações que se apresentam em uma (cor)relação geográfica (línguas, dialetos, falares regionais), passando pelas variações temporais (dialetos diacrônicos), sociais (socioletos), individuais (idioletos), de canal (escrita/fala) e até as circunstanciais (condições de produção da mensagem numa determinada situação). Assim: um sotaque, um arcaísmo, um jargão, um cacoete de expressão; o analfabetismo absoluto ou funcional de um dos participantes da relação Emissor/Receptor; um pronunciado diferencial de motivação entre tais participantes; uma efetiva diferença de conhecimento ou de ponto de vista sobre o referente; uma marcada discrepância de domínio do código empregado; qualquer um desses fatores, isoladamente ou em cumulações e intensidades va-

riadas, pode levar a uma ruptura do elo comunicativo, em que a decodificação da mensagem deixa de se produzir de maneira adequada às respectivas intenções dos referidos participantes.

Em face de tal ruptura, pode ocorrer (a) o abandono da relação comunicativa (o silêncio) ou (b) a busca de caminhos alternativos que permitam a superação do bloqueio (do “ruído na comunicação”). Feita a opção por empreender tal busca, ocorre uma retomada da relação Emissor/Receptor em um novo ato comunicativo, o *ato tradutório*.

Assim conceituado, o ato tradutório é entendido num sentido amplo, posto que não limitado a situações de discrepâncias de *código lingüístico*. Filia-se, portanto, aos conceitos de Jakobson (1969) e Mel’chuck (1978), embora sem se confundir com eles. Em Jakobson e Mel’chuck, por caminhos diversos, a tradução é vista primordialmente como uma operação lingüística *strict sensu*: como paráfrase (“dizer a ‘mesma’ coisa com outras palavras, signos, símbolos, ícones”); ou como constituindo a própria relação significado (–) significante, postura pela qual Ciência da Linguagem e Teoria da Tradução se confundiriam. Aqui, correndo algo paralelamente a Jakobson, a ênfase primeira é posta no aspecto comunicativo do ato tradutório, trazendo para uma reflexão global acerca do fenômeno não apenas os elementos lingüísticos e antropológicos como também os seus aspectos sociais e situacionais, individuais e até mesmo comerciais.

No presente trabalho, embora a referência básica seja feita à *tradução interlingual*, a remissão ao sentido amplo do ato tradutório estará, explícita ou implicitamente, sempre presente. Com efeito, tal

modo de tradução – a tradução no seu sentido mais corriqueiro – deve ser entendido como compartilhando da natureza de um fenômeno complexo (lingüístico, comunicativo, cultural) de maior abrangência e não como uma peculiaridade, um rito misterioso e de poucos iniciados, ou, inversamente, uma atividade marginal, secundária, estigmatizada pelo nefando *Tradutori, tradittori* (vide também Aubert, 1991a).

O esquema clássico da comunicação organizativa, de acordo com Jakobson (1969), como segue:

	REFERENTE	
EMISSOR	MENSAGEM	RECEPTOR
	CANAL	
	CÓDIGO	

Transposto para as situações em que ocorre o ato tradutório, tal esquema, numa primeira abordagem, apresenta-se da seguinte forma:

	REFERENTE 1		REFERENTE 2	
EMISSOR 1	MENSAGEM 1	RECEPTOR 1 ⇒	EMISSOR 2	MENSAGEM 2
	CANAL 1			CANAL 2
	CÓDIGO 1			CÓDIGO 2

Cada um dos diversos componentes da sequência comunicativa compreende um conjunto de variáveis de natureza psicossocial (motivacional, de hierarquia, e outros), factual, lingüística, econômica, jurídica etc. Igualmente, ocorrem interações entre cada um desses conjuntos de variáveis. Constitui uma das hipóteses de trabalho dessas reflexões a afirmação de que a configuração específica de cada um desses conjuntos de variáveis e o modo de inte-

ração entre os mesmos produzem, em princípio, um número de interdependências, determinações e constelações (no sentido dado por Hjelmslev, 1943, a esses termos) teoricamente infinito, embora passíveis de categorização. E um dos propósitos fundamentais aqui perseguidos será o de propor tal categorização das variáveis pertinentes à consecução do ato tradutório.

Neste intuito, e na consciência de que o presente estudo não pode pretender a propositura de respostas definitivas mas terá fôlego para, ao menos, encetar uma exploração desses fatores e de seu entrecruzamento no ato tradutório, serão abordadas, seqüencialmente, as dimensões temporais do ato tradutório e os participantes desse ato; serão retomadas e reelaboradas, de forma sintética, algumas das considerações já amplamente difundidas da bibliografia especializada relativas aos códigos e aos referentes em confronto; tratar-se-á dos diversos problemas atinentes aos canais (oralidade e escrita) da comunicação, raramente enfatizados na discussão do fenômeno tradutório exceto para sinalizar a especificidade da interpretação em relação à tradução escrita. Inevitavelmente, serão ainda abordadas as mensagens em si, no quadro de uma discussão acerca dos limites da sempre esperada "fidelidade" na tradução, para, por fim, verificarmos em que medida as reflexões encaminhadas permitem propor respostas às questões levantadas de início.

A DIMENSÃO TEMPORAL

Como aludiu-se na Introdução, entre a produção do ato comunicativo inicial e a do ato comunicativo tradutório que se propõe como seu equivalente ocorre necessariamente um certo intervalo. Tal intervalo pode ser extremamente breve, como no já citado caso da interpretação simultânea, ou, para mencionar mais um exemplo, na fala do não-nativo que formula mentalmente uma frase em sua língua materna para, na seqüência, expressá-la, com ou sem hesitações marcantes, na língua estrangeira. Pode, inversamente, estender-se sobre dias, semanas, anos ou, até, séculos e milênios.

Na realidade, porém, a questão temporal na tradução é algo mais complexa. São, efetivamente, várias as dimensões temporais que se sobrepõem e interagem no processo tradutório: (a) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato de comunicação e o primeiro contacto do tradutor com esse primeiro ato de comunicação; (b) a distância que se estende entre a conclusão do processo de produção do primeiro ato

de comunicação e o início do ato tradutório; (c) a distância que se estende entre o primeiro contacto do tradutor com o primeiro ato de comunicação e o início efetivo do ato tradutório, que diz respeito à *memória*; e (d) a distância que se estende entre o início e o fim do ato tradutório e que se prende à questão do *prazo*.

Os diferenciais de tempo de tipos (a) e (b) frequentemente se confundem em uma mesma dimensão (salvo na medida em que o diferencial de tipo (b) se entrelaça com o diferencial de tipo (c) – vide adiante). Exercem, em seus pólos extremos, influências diversas sobre a realização do ato tradutório. Na interpretação simultânea, a comunicação primeira e sua respectiva tradução são quase co-ocorrentes (na média, o intérprete encontra-se três palavras atrás da fala original). Assim, o processo tradutório tem de ser efetuado não apenas sem uma visão completa do texto mas, até, da estrutura sintático-semântica de cada enunciado da emissão original, ocasionando, como é de se esperar, alguma hesitação, improvisação e recriação. Na tradução de textos cujos originais remontam a um ou mais séculos, manifestam-se diferenças diacrônicas marcantes, não apenas de natureza lingüística como também de natureza referencial, de visão de mundo, e outros, que colocam diversos problemas de interpretação e de decisões estratégicas sobre o encaminhamento a dar ao ato tradutório propriamente dito: (i) optar entre uma atualização da linguagem vs. manutenção mais ou menos coerente do “arcaísmo” do original; (ii) assistir à leitura do texto traduzido com notas, glossários, comentários em prefácio etc. para facilitar o acesso à realidade extralingüística (inclusive ideológica) expressa ou implícita no ori-

ginal vs. proceder à sua maior ou menor “modernização” etc.

Nos casos em que ocorre um diferencial de tempo ligeiramente mais afastado do imediatismo mas ainda dentro de uma faixa cronológica que poderia ser tido por “presente” (diferencial mensurável em termos de horas, dias, semanas) e mantidas as demais variáveis idênticas, instituem-se condições favoráveis¹ para a manutenção de pontos de vista, interpretações, visões de mundo não-discrepantes entre o primeiro e o segundo atos comunicativos (original/tradução). A partir de um determinado grau de diferenciação, porém, quanto maior o intervalo de tempo entre esses dois atos, maior a probabilidade de tais discrepâncias se manifestarem ou, visto sob outro prisma, maior o esforço a ser dispendido na execução do ato tradutório caso se pretenda evitar ou mitigar essas discrepâncias. No limite, a abordagem primeira (leitura) do texto original já constituirá um ato tradutório, quer porque o diferencial diacrônico – lingüístico e cultural – acabou alocando-o a um dialeto temporal diverso daquele vigente no momento do ato tradutório (por exemplo, português vicentino/português brasileiro contemporâneo), quer porque o próprio complexo língua/cultura de partida deixou há muito de existir (por exemplo, o ático e a civilização ateniense do século V a.C.).

A distância que intermedeia o primeiro contacto do tradutor com o primeiro ato de comunica-

¹ Entenda-se por “condições favoráveis” aquelas que, de princípio, favorecem determinada solução, mas que não a garantem, caso outros fatores presentes no ato tradutório ajam em sentido contrário.

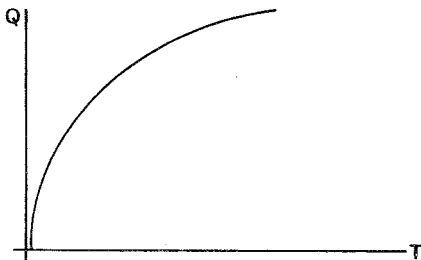
ção (texto original) e o início efetivo do ato tradutório – diferencial de tipo (c) – corresponde ao espaço da memória. Com o progressivo distanciamento temporal, o texto original, neste espaço, deixa paulatinamente para trás a sua estrutura discursiva “original” para cristalizar-se como uma imagem, simples ou complexa, objeto de uma relação não apenas intelectual mas igual ou, quiçá, principalmente, afetiva, objeto de desejo ou de repulsa, de idealização positiva ou negativa. Assim, em princípio, um maior distanciamento temporal entre o primeiro contacto com o texto e o início do ato tradutório propriamente dito pode ensejar um maior viés, uma maior apropriação do texto original por parte do tradutor, em sua ótica particular, um maior engajamento, uma maior participação do próprio tradutor na co-criação tradutória.²

No que tange ao diferencial de tempo de tipo d. – tempo de duração do ato tradutório – é possível perceber a tendência a uma certa flutuação entre o começo e o fim do ato tradutório em termos das opções lexicais, sintáticas e estilísticas para o estabelecimento das equivalências tradutórias, tendência essa que se torna marcante em textos mais longos, que, *ipso facto*, demandam um tempo maior de feitura. Quanto maior esse tempo de feitura, mais perceptível será a aludida flutuação e, caso a intenção comunicativa do ato tradutório implique a manuten-

² Não vai nessas considerações qualquer crítica ou juízo de valor, a favor ou contra tal apropriação, tal viés. A avaliação de sua maior ou menor adequação em determinada situação de tradução dependerá da análise de tal situação como um todo e, em particular, da sua maior ou menor coerência com a intenção tradutória do tradutor e/ou com a intenção comunicativa receptiva dos destinatários da tradução.

ção de uma certa uniformidade, acabará por exigir uma retomada, uma etapa de revisão (vide Aubert, 1981) objetivando, especificamente, a obtenção da unicidade/coerência estilística e terminológica.

O tempo (d), porém, raramente pode ser estabelecido apenas em função das efetivas necessidades de elaboração e reelaboração do texto traduzido, a critério do Emissor-Tradutor. Na prática, o prazo constitui uma injunção da situação discursiva, imposta pelos Receptores (Intermediário ou final) da Tradução ou com estes negociada. Como resultado dessas injunções, dificilmente será possível assegurar ao ato tradutório um quadro temporal “ideal”, isto é, que permitisse atingir um índice qualitativo próximo a 100%. É ao interior do prazo possível que o ato tradutório será desenvolvido, exigindo de seu Emissor-Tradutor uma adequação de meios e o estabelecimento de prioridades para que o produto final corresponda àquilo que os Receptores da Tradução possam perceber como sendo de qualidade aceitável. De fato, no mercado de trabalho, uma das habilidades apreciadas no profissional da tradução é a capacidade de efetuar exatamente esta conciliação, “em que a curva de progressão qualitativa (Q) atinge, em período de tempo (T) relativamente curto, um nível satisfatório, e em que qualquer melhora qualitativa ulterior demanda um prazo adicional que tende a aumentar em progressão geométrica” (Aubert, 1988), conforme ilustrado a seguir:



Entenda-se por satisfatória, neste contexto, a produção de um texto que responda às expectativas dos usuários da tradução em termos de correção gramatical e semântica e de adequação estilística.³

O estabelecimento de prioridades na tradução de um texto significa determinar, em função dos condicionantes temporais e dos fatores situacionais (vide a seguir), os elementos informativos e lingüísticos essenciais à intenção tradutória, cujo nível de elaboração qualitativa deve merecer a atenção maior (e, portanto, o maior dispêndio de tempo), deixando para o segundo plano os elementos informativos e lingüísticos secundários para os fins do ato tradutório em questão.

³ Ou, como certa vez foi explicitado por um cliente: "Sei que o prazo é muito limitado; mas, se você puder me assegurar um nível de qualidade de 85%, podemos fechar o negócio". Esse índice, evidentemente, não se refere a uma mediação precisa, quantificada, da qualidade em si e sim a uma distinção entre o "bastante satisfatório" e o "ideal".

Com efeito, só excepcionalmente (por exemplo, na tradução de poesia), todos os segmentos terão, *a priori*, a mesma relevância informativa e/ou estilística. Assim, na versão de um histórico escolar de segundo grau para fins curriculares, caberá priorizar a identificação do aluno, as disciplinas que cursou, a avaliação que obteve e a qualificação que o certificado de conclusão lhe confere, enquanto que informações tais como as referências à estrutura administrativa do sistema escolar (por exemplo: delegacia de ensino a que o estabelecimento escolar está subordinado) serão tidos por secundários e uma versão menos feliz para o conceito de "Coordenadoria do Ensino Básico e Normal" dificilmente acarretará problemas para o uso que se fará da versão de tal documento. (Aubert, 1988)

OS PARTICIPANTES DO ATO TRADUTÓRIO

Paralelamente – mas não necessariamente vinculada – ao diferencial temporal, observa-se uma configuração situacional mais ou menos distinta entre o primeiro ato comunicativo e o ato tradutório. Tal configuração situacional envolve, de um lado, os instrumentos próprios da comunicação lingüística – códigos, canais – e o referente, que serão objeto de consideração nos capítulos seguintes; de outro, abarca os próprios participantes do ato tradutório, os seus sujeitos, ou actantes.

O esquema comunicativo/tradutório indicado no capítulo anterior distingue Emissor1 (Emissor Original) e Emissor2 (Emissor Tradutor). Embora de uma aparente obviedade, cabe fazer uma precisão. Tratam-se, aqui, de papéis distintos e não necessariamente de pessoas distintas: ou seja, autor e tradutor podem, eventualmente, constituir uma mesma entidade psicofísica. No entanto, por serem os papéis distintos, nesse caso particular tanto quanto na situação mais usual, o momento é outro,

os destinatários são, presumivelmente, outros, e a motivação dificilmente será idêntica.

Em qualquer situação em que ocorre uma interação intersubjetiva – inclusive, mas não apenas, com o suporte do código lingüístico – estabelece-se, entre os participantes (interlocutores), uma rede de relações imagéticas (hipóteses) que, em síntese, pode ser descrita como segue: (a) o *Emissor* comparece à relação com: (i) uma determinada imagem de si mesmo, (ii) uma determinada imagem do mundo (visão de mundo), (iii) uma determinada imagem de situação específica da interação, (iv) uma determinada imagem do(s) seu(s) interlocutor(es), (v) uma determinada imagem da auto-imagem de seu(s) interlocutor(es), (vi) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do Emissor, (vii) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do mundo e (viii) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) da situação específica da interação; (b) os *Receptores* têm, cada um por si, (ix) uma determinada imagem de si mesmo, (x) uma determinada imagem do mundo (visão de mundo), (xi) uma determinada imagem da situação específica da interação, (xii) uma determinada imagem do Emissor e, quando for o caso, dos demais interlocutores, (xiii) uma determinada imagem da auto-imagem do Emissor e, sempre quando for o caso, dos demais participantes da interação, (xiv) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) dele, Receptor, (xv) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se faz(em) do mundo e (xvi) uma determinada imagem da imagem que tal(is) interlocutor(es) se

faz(em) da situação específica da interação (vide Pêcheux, 1969).

Essa rede, obviamente, constitui-se de maneira dinâmica e, desde que se integre às imagens (iii), (viii), (xi) e (xvi) uma intencionalidade de aproximação e estabelecimento (negociado e conciliado, que seja) de uma base comum, pode-se observar, no desdobramento da relação dialógica, constantes ajustes em direção a uma sintonia cada vez mais fina entre os interlocutores.

O princípio geral exposto no que precede aplica-se, igualmente, ao ato tradutório (mesmo entre autor/tradutor que sejam, entre si, *Ego* e *Alter Ego*, quando esse, excepcionalmente, for o caso). Apenas, nessa situação, a rede de relações imagéticas intersubjetivas desdobra-se em dois momentos, em dois atos comunicativos distintos;¹ e, mais comumente, o primeiro Emissor não participa diretamente da relação, mas apenas através de um produto seu que é o texto original.²

Da mesma forma, em um número certamente majoritário dos casos, o receptor final da tradução (seu usuário ou consumidor) encontra-se inacessível

¹ Tal configuração pode, efetivamente, manifestar-se em outras situações – na realidade igualmente tradutórias mas raramente tidas por tal – como, por exemplo, no curso de um debate em que determinado interlocutor se propõe interpretar a intenção comunicativa de outro em “benefício” de um terceiro. Apenas, no ato tradutório interlingual, esse desdobramento não apenas constitui parte essencial, obrigatória, inevitável do processo, mas, sobretudo, é explícito, enquanto que em outros atos comunicativos será, por via de regra, algo camuflado, aparentemente incidental, esporádico.

² Em certas modalidades de ato tradutório, particularmente na interpretação simultânea ou consecutiva, todos os interlocutores potenciais encontram-se em interação ativa e concomitante.

vel. Ou seja, embora o Receptor-Emissor-Tradutor detenha a possibilidade de afinar sua aproximação com o destinatário intermediário (cliente), o emissor do original e o destinatário último da tradução tenderão a permanecer como hipóteses, como constructos mentais, sem maiores possibilidades de controle exceto, eventualmente, *a posteriori*.

Assim, os participantes mais diretos da relação tradutória são o Receptor-Tradutor, o Emissor-Tradutor e o Receptor-Intermediário. Aqui, novamente, ocorre um desdobramento de papéis, apesar de o tradutor constituir, em ambos os papéis, a mesma entidade psicofísica. Como Receptor, o tradutor pode ser entendido, num primeiro momento, como mais um dos destinatários da mensagem original. E, efetivamente, o tradutor pode ter sido, em algum momento anterior do passado imediato, próximo ou remoto, exatamente isso. No âmbito do ato tradutório, porém, esse Receptor-Tradutor terá uma atitude diversa da do "leitor comum". Nesse papel, a sua leitura se fará não apenas visando uma reconstituição da mensagem, qualquer que seja sua natureza, simples ou composta (referencial e/ou poética e/ou conativa etc.), mas tenderá a constituir uma primeira exploração dos problemas de ordem lingüística (estilo, terminologia etc.) e factual que a tarefa de traduzir o texto em questão lhe irá impor.

De fato, a determinação do tema, do assunto tratado, dir-lhe-á, por exemplo, de que recursos deverá se valer para completar ou preencher suas lacunas de informação (enciclopédias, glossários de termos técnicos, consulta a especialistas etc.) e, em última análise, se tem ou não o direito de se considerar perfeitamente

competente para realizar a tarefa de tradução. A percepção da natureza do texto (literário, jornalístico, técnico, científico, jurídico etc.) implica, ainda, em permitir que o tradutor tome decisões a respeito da necessidade de maior ou menor fidelidade à *forma* ou *estilo* do original e se essa fidelidade será [caracterizada] em relação ao estilo pessoal do autor ou apenas ao tipo de registro característico do gênero de texto em questão. (Aubert, 1981)

Ao assumir, porém, o papel de Emissor², o tradutor vê-se diante de outras contingências. Estabelece, direta ou indiretamente, uma relação comunicativa com os receptores. Consciente ou subconscientemente, tenderá a levar em conta que as condições de recepção dos destinatários da tradução são ao menos parcialmente distintas das condições de recepção vivenciadas por ele, tradutor. Negocia significados e sentidos não mais apenas com o texto original e com o constructo mental que corresponde à sua visão do autor original do texto, mas com outro constructo mental, o de sua visão, unitária ou multifacetada, do conjunto de receptores da tradução que empreenderá do texto, ou, mais precisamente, do novo texto que substituirá o primeiro, na recepção do(s) seu(s) público(s)-alvo. É outra, portanto, a situação comunicativa, são outras as relações intersubjetivas e, assim, necessariamente será outra a abordagem do texto no decorrer da execução do ato tradutório.

Aqui, e conforme ficou caracterizado anteriormente, o interlocutor privilegiado é o Receptor-Intermediário. Este tem (ou teria), entre suas diver-

sas funções: (i) a de estabelecer/negociar o valor da tradução, o resultado de tal negociação tendo conseqüências diretas para o grau de motivação que impulsionará o tradutor na execução do ato tradutório; e (ii) a de proporcionar ao tradutor um indicativo das intenções e motivações do usuário final da tradução. Nada garante, porém, que as indicações fornecidas terão uma afinidade suficiente com a realidade. Com efeito, seus interesses não são necessariamente coincidentes com a do receptor final da tradução (podem, por exemplo, resumir-se aos interesses estritamente comerciais, enquanto que o receptor final pode comparecer ao texto com uma motivação essencialmente estética), conflito esse nem sempre administrável pelo tradutor, quer pela relação de forças, ou devido à inacessibilidade das informações pertinentes. Nessas relações intersubjetivas, portanto, é possível identificar o que talvez seja uma das principais faixas de risco para a efetivação de um ato tradutório que seja satisfatório aos seus diversos participantes.

OS CÓDIGOS

A relação entre o Código1 (Código de Partida) e Código2 (Código de Chegada) constitui objeto de largos estudos em nível da Lingüística Comparada, da Análise Contrastiva (para fins de ensino de língua estrangeira) e das reflexões específicas sobre a tradução e suas "servidões". É o campo predileto das avaliações sérias e dos relatos anedóticos da tradução, pelo fato evidente de constituir, nas respectivas atualizações, o que há de mais tangível no processo tradutório, para não dizer nos atos comunicativos efetivados lingüisticamente, como um todo. Revela-se, igualmente, como a área que tende a servir como pedra de toque na maioria das cogitações sobre a factibilidade ou não do ato tradutório.

Em síntese, a questão da relação entre os códigos pode ser proposta como centrada em alguns eixos básicos de indagação: (1) se, a despeito das peculiaridades estruturais de cada língua, que excluem, *a priori*, a existência de correspondências biunívocas entre quaisquer dois códigos, existe algum plano (substância do conteúdo, significação

contextual, ou qualquer outro designativo que se queira atribuir-lhe) em que se possa vislumbrar uma universalidade ou, pelo menos, um paralelismo suficiente para assegurar uma relação de *equivalência*, isto é, de uma similitude suficiente por meio da qual a tradução possa se realizar; (2) se a visão de mundo imbricada a cada idioma é tão inerente e específica do mesmo que qualquer tentativa de tradução necessariamente redundante em fracasso, ao menos no que tange a este aspecto cosmogônico, essencial a qualquer texto que não constitua o discurso da álgebra pura. Nenhuma dessas colocações é nova, nem é pretensão deste trabalho inovar em larga escala nesta reflexão, de qualquer forma considerada por alguns autores (vide, a propósito, Milton, 1990), uma questão superada, ou irrelevante, para uma tradutologia que se quer moderna. No entanto, para assegurar uma coerência discursiva às presentes considerações, faz-se inevitável empreender um certo *mis au point*.

Em primeiro lugar, convém insistir que, ao cogitarmos de atos comunicativos e de atos tradutórios, estamos francamente no domínio da fala, da *parole*, e não no domínio da *langue* saussuriana. De tal constatação derivam várias conseqüências, que invertem ou anulam algumas das restrições feitas à exequibilidade do ato tradutório. Com efeito, se em nível de língua (ou “sistema”, no sentido de Cose-riu, 1969) é fácil constatar a inexistência de uma sinonímia plena, em nível de fala é exatamente o oposto que se pode verificar. Para retomar e adaptar à língua portuguesa um exemplo proposto por Mel’chuck (1978), verifica-se, facilmente, que um dos modelos do fecho formal comumente adotado

na correspondência burocrática admite uma multiplicidade de variantes:

Sem mais (de momento)/Na oportunidade (3), aproveito/valho-me (2) da oportunidade/da ocasião/do ensejo (3) para apresentar-lhe/re-novar-lhe/reiterar-lhe (3) meus (mais) (sinceros) protestos (3) de (elevada) estima (e consideração)/consideração (e estima) (8)

= 1296 combinatórias possíveis,¹ levando em conta apenas algumas flutuações básicas, isto é, sem, por exemplo, computar as possibilidades de variantes de tratamento (lhe/o Sr./V.S^a etc., 1^a do singular/do plural) e outras formulações, igualmente formais, embora diversamente estruturadas em suas escolhas lexicais e sintáticas, todas elas perfeitamente sinônimas entre si para os fins pretendidos, isto é, “instaurar marca de final de comunicação oficial”.²

O exemplo em pauta sugere um delineamento para a noção de *equivalência*, não apenas na situação de tradução interlingual mas, possivelmente, na maioria das situações de interação intersubjetiva fundamentada na linguagem articulada humana.

¹ E não se alegue que a combinação entre “na oportunidade” e “aproveito a oportunidade” teria de ser descartada, por incorreta estilisticamente. De fato, o é. Mas, igualmente de fato, entre os redatores de correspondência oficial, nem todos primam pelo adequado domínio da estilística do vernáculo; e o que importa para as presentes reflexões é o uso efetivo, não uma norma idealizada.

² O exemplo proposto por Mel’chuck, por não se tratar de forma fixa, cristalizada, como na ilustração sugerida aqui, prevê variantes sinônimas da ordem de vários milhões!

Com efeito, as objeções levantadas contra a tradução tendem a fundamentar-se na quimera da identidade, o que, como se pode facilmente depreender, constitui na sua essência um contra-senso. Evidencia-se que a tradução, intra ou interlingual, para não mencionar a intersemiótica, institui-se precisamente na diferenciação, em significantes e/ou significados lingüísticos. Como já ficou dito, a busca da identidade conduziria, necessariamente, à reiteração inócua. O que distingue a relação entre original e tradução da relação entre dois textos – discursos díspares é a sua vinculação por meio de uma equivalência de mensagem, de intenção comunicativa, total ou mesmo parcial. Não se trata, nem seria o caso, de uma *mesma* mensagem: são duas as mensagens, como são duas as “roupagens” lingüísticas, mas visando fins comunicativos similares, que se aproximam o suficiente (sem se confundirem) para que uma seja percebida como sendo a tradução – a equivalência – da outra.

Uma segunda consequência do fato de a tradução situar-se a nível da *parole* é a inclusão, no conceito de código, não apenas dos componentes fonológico/grafológico, morfossintático, lexical e semântico mas, igualmente, dos aspectos atinentes à norma e ao uso, das diversas estilísticas de cada idioma. E, assim como entre um código e outro haverá discrepâncias e “lacunas” fonológicas, morfossintáticas, lexicais e semânticas, o mesmo certamente ocorrerá com os usos, registros, estilos. Apenas para citar um exemplo entre tantos disponíveis, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores brasileiros que pretendem participar de congressos e simpósios internacionais reside no

fato de a estrutura textual dos *abstracts* norte-americanos ser relativamente diversa da estrutura equivalente para os nossos “resumos”; e certamente a tradução apenas frasal dos resumos para *abstracts* constitui um dos motivos de sua freqüente rejeição pelas respectivas comissões organizadoras e de seleção de trabalhos (vide, a propósito, James, 1989).

Desta maneira, qualquer análise comparativa ou contrastista visando determinar os graus de proximidade e distância tipológicas entre códigos em confronto em determinado ato tradutório terá necessariamente de levar em devida conta também os elementos estilísticos, as múltiplas normas situacionais e discursivas, faixa de entrecruzamento do lingüístico e antropológico para, novamente, procurar determinar as possibilidades de equivalência expressiva.

Outro elemento essencial para a avaliação de cada situação específica de tradução, no que tange à relação Código de Partida/Código de Chegada, diz respeito à direção da operação tradutória. Com efeito, não é evidente *a priori* que, dados dois idiomas quaisquer, a passagem de $A \rightarrow B$ e de $B \rightarrow A$ processar-se-á de tal modo a obtermos, nos dois casos, imagens mutuamente espelhadas; ou, dito de outra forma, que, se traduzirmos um dado texto de $A \rightarrow B$ e, subseqüentemente, o retraduzirmos de $B \rightarrow A$, obteremos, literalmente, o mesmo Texto Original, desde que mantidas neutras as demais variáveis.

Assim, em sua dissertação de mestrado, Pinto (1985) propôs-se verificar a hipótese da bidirecionalidade espelhada na tradução. Em um primeiro *corpus*, levantou, de maneira aleatória, ocorrências

do QUE relativo em textos originais em português, para, a seguir, verificar de que modo esse relativo reaparece em traduções publicadas em língua inglesa. Em um segundo *corpus*, partiu de traduções publicadas em português, levantando, novamente de maneira aleatória, ocorrências do QUE relativo, para, na seqüência, verificar que elementos textuais nos respectivos originais em língua inglesa deram origem a esses pronomes relativos. Classificando as diversas ocorrências do QUE em termos sintáticos (função) e semânticos (natureza semântica do elemento a que o pronome relativo se refere), verificou alguns casos de diferença significativa entre os dois *corpora* no nível sintático e em todas as categorias semânticas.

Embora se trate de um único estudo, e extremamente pontual, as suas constatações, efetuadas com base na observação de um aspecto atinente a um elemento quase “automático” da produção da linguagem (vocábulo funcional), parecem indicar que, mesmo neutralizadas as variáveis relativas ao tradutor e à sua competência e às situações discursivas divergentes entre a produção do original e sua tradução, e sem levar, ainda, em conta, as diversidades culturais que, por si só, justificariam incontáveis disparidades na direção tradutória, a própria natureza de cada código resulta em soluções diferentes, não-paralelas, não-espelhadas, conforme a direção adotada no ato tradutório em questão.

A questão relativa à visão de mundo imbricada em cada código é algo mais complexa. É difícil fazer justiça às múltiplas facetas deste problema no âmbito de um único capítulo. No entanto, cabe tecer aqui algumas considerações, essenciais para o ade-

quado encaminhamento das linhas de reflexão propostas neste trabalho.

De início, competiria, talvez, admitir que o conceito de *visão de mundo*, na sua acepção corrente, é algo vago, requerendo, se não uma definição precisa, ao menos um delinear nocional suficiente para fundamentar uma argumentação. Tal como entendida aqui, uma determinada visão de mundo corresponde a um conjunto de representações da realidade que, privilegiada mas não exclusivamente, encontram-se entremeadas na estrutura e no uso de determinada língua. Não se confunde com “ideologia” ou “esquemas conceptuais”, embora esteja em clara intersecção com essas noções. Em termos de estrutura lingüística, observamos manifestações de visão de mundo por exemplo na adoção de um dos gêneros gramaticais como não-marcado, genérico, em detrimento do(s) demais, marcado(s); na opção, variável de língua a língua, por instituir a relação do verbo preferencialmente com o modificador temporal ou com o aspectual; no uso variado dos conceitos de *dezena*, *dúzia* e *vintena* em variadas situações de contagem; na existência ou inexistência morfológica do subjuntivo, do ergativo, do artigo, do dativo de interesse etc.; nas metáforas cristalizadas nos diferentes idiomas (por exemplo, ing. *training* ⇒ port. *formação*) e nas segmentações divergentes de campos semânticos equivalentes, como em:

ing.	port.	nor.
morning	manhã	morgen
		formiddag
noon	meio-dia	
afternoon	tarde	
		ettermiddag
evening		kveld
	noite	
night		natt
	madrugada	

apenas para renovar uma exemplificação já abundante na literatura específica.

Em termos de uso, entrevê-se uma questão de visão de mundo nas flutuações socioletais, dialetais e, até mesmo, diacrônicas, nas formas de tratamento, na imagética das gírias das diversas gerações de adolescentes que se sucedem, nos registros formais e informais das diferentes culturas, nas diversas maneiras de compor a estrutura textual (por exemplo: os modelos anglo-saxônico, escandinavo e luso-brasileiro para o instrumento de mandato, *curriculum vitae*, certidão de nascimento etc.).

Mas todos esses elementos – lexicais, morfológicos, sintáticos e textuais – por si só não proporcionam uma imagem completa do conceito de visão de mundo, tal como se manifesta ou se institui na língua. Vivenciar o mundo é algo que se faz, através da linguagem, instituindo relações de intimidade com esse mundo.

Essa intimidade se estabelece pelo menos de duas maneiras, formalmente distintas, mas compondo um todo de difícil dissociação. De um lado, efe-

tiva-se com o mundo fechado da própria linguagem que, na sua função poética, institui redes associativas lexicais, morfológicas e fonológicas, que dão um “tom” significativo, uma espécie de “entoação” semântico-imagética subjacente não apenas ao discurso mais elaborado, literário (ou com laivos de), mas, em proporção comparável, no dia-a-dia da interação de cada sujeito falante. De outro, é observável no uso metafórico de imagens cristalizadas da realidade extralingüística típica de cada cultura, e em que cada usuário se reconhece como participante, como componente do grupo social, reafirmando sua identidade e segurança culturais:

port. *neste angu tem caroço* ⇒

nor. *det er ugler i mosen* [“há corujas no musgo”].

Em ambos os casos, a visão de mundo se estabelece de maneira privativa em cada código lingüístico e se generaliza no interior da sociedade, que dele se vale como meio de expressão e comunicação. Conduzida a reflexão até este ponto, é compreensível que se tenda a associar os constituintes de cada complexo código/visão de mundo de uma forma tão estreita que, com mais um passo, se esteja diante da dúvida sobre a viabilidade de uma operação tradutória que se processe sem virar pelo avesso essa mesma visão de mundo.

As evidências empíricas da prática tradutória permitem, contudo, entrever que da aceitação da hipótese de vinculação entre código lingüístico e visão de mundo não decorre, necessariamente, a asunção de uma postura radical quanto a uma “impe-

netrabilidade” de mundos díspares. Os pontos de vista são efetivamente distintos na origem, como testemunha o célebre exemplo citado por Mounin (1963):

he swam across the river
ele atravessou o rio a nado

em que, para reter apenas o aspecto mais marcante, o foco da descrição em inglês realça o ato de nadar, enquanto que o foco correspondente em português destaca a chegada à outra margem.

No entanto, é perfeitamente possível obter focos mais próximos entre ambas as línguas, desde que se adote uma postura menos literalizante, como se pode verificar nas seguintes soluções alternativas:

he crossed the river after some hefty arm-work,

para reproduzir em inglês o foco sugerido na versão em língua portuguesa, ou em

mergulhou nas águas do rio e acabou atingindo a outra margem,

para obter o efeito inverso, na passagem da formulação primeira em inglês ao português.³

³ Evidentemente, estas são apenas algumas de várias soluções possíveis, e sequer têm a pretensão de serem as mais adequadas. Tomadas fora de contexto, porém, são suficientes para ilustrar o ponto de vista ora defendido.

Há, ainda, um terceiro aspecto a considerar: determinadas facetas daquilo que convencionamos rotular como visão de mundo e que encontram sua exteriorização na linguagem são privativas não de uma língua, genericamente falando, não de uma comunidade sociolingüística como um todo, mas de subgrupos definíveis geográfica ou socialmente, por faixa etária, ocupação, sexo, credo. A essa subpartição acrescenta-se, ainda, a flutuação situacional (isto é, as variações atitudinais, de postura, diante de cada situação específica de interação social realizada por meio da língua). Finalmente, entrecruza e entrelaça-se a todo este complexo de imagens, representações, associações e cosmovisões, o peculiar a cada indivíduo, a cada falante, com sua “biografia lingüística”, sua matriz de linguagem com pontos e zonas de maior e menor realce. Nessa matriz individual as zonas de maior realce podem, em condições favoráveis, atuar como verdadeiras caixas de ressonância, despertando “ecos” sonoros e metafóricos que lhe reverberam na alma, na sensibilidade, na epiderme, dificilmente compartilháveis exceto quando expressos sob a inspiração das musas da poesia.

Percebe-se, assim, que a visão de mundo não constitui um conjunto uniforme e inflexivelmente uniformizante de valores, nem é o código lingüístico um monolito imagético-ideológico, uma camisa de força do pensamento e da sensibilidade. É perfeitamente possível ser ou ter sido romântico, clássico, simbolista ou pós-moderno; ateu, católico, muçulmano ou zen-budista; monarquista ou republicano, capitalista ou socialista; machista ou feminista; colérico ou melancólico; dionísico ou apolíneo; conformista ou rebelde; poético ou prosaico; sociá-

vel ou ermitão; tudo e mais todas e quaisquer outras antonímias e em qualquer combinatória, em qualquer idioma, sob a égide de qualquer “cultura”. Tendências históricas, artísticas, econômicas e ideológicas diferentes, individualidades racional e emocionalmente díspares encontram abrigo e dizibilidade sob a égide de um mesmo código formal, que assegura sua função social precisamente por proporcionar tal dizibilidade intersubjetiva e inter-grupal.

Inversamente, tal contra-constatação se faz sem invalidar as anteriores. Não se trata, efetivamente, de uma opção crua entre afirmar um vínculo língua/visão de mundo inamovível, estático e uniformizante, infenso a qualquer dinâmica sincrônica ou diacrônica; ou, tropeçando em outro extremo, negar qualquer relação de maior pertinência entre os mesmos, relegando o papel da língua ao de mero instrumento, arbitrário e convencional no sentido banalizante desses termos, sem história e sem vicissitudes, ferramenta de barro plasmável à vontade do usuário, desprovida de relevante consistência própria.

Como sói acontecer nas coisas do Homem – para incômodo e desafio às ciências humanas – Janus aqui também preside à realidade, instituindo uma relação *tanto/quanto*. Sob um dos prismas, a língua incorpora em sua estrutura formal e em seu uso social e histórico todo um repositório cultural, antropológico, imagético, que delinea um primeiro quadro de apreensão e expressão do mundo, com um determinado conjunto de matizes, difíceis, para não dizer impossíveis, de serem reencontrados, na mesmíssima configuração de valores, em outro

idioma. Conduz o espírito humano, mesmo que por inércia, a pensar, sentir e dizer o mundo (ou os mundos) de determinada maneira ou de um conjunto limitado de maneiras percebidas como típicas do complexo língua/cultura em questão.

Mas essas configurações são mais ou menos instáveis, quer estruturalmente quer em termos de uso. Dependem, basicamente, do grau de estabilidade interna dos subsistemas fonológico, morfossintático e semântico do código em questão, do grau de estabilidade interna da comunidade sociolingüística pertinente e de sua maior ou menor exposição aos contactos externos. A tese Whorf-Sapir (vide, por exemplo, Whorf, 1958), que tende a sustentar a aludida hipótese de “impenetrabilidade” dos mundos retratados pelas diversas línguas/culturas, deriva de observações conduzidas, quase que exclusivamente, sobre as línguas ameríndias, línguas essas durante milênios isoladas da interação com culturas marcadamente distintas, situação essa de qualquer forma já, embora algo cruelmente, superada. Assim, na “brecha” das instabilidades inerentes e transcendentais, institui-se um primeiro espaço de reelaboração, *coletiva e individual*, para a percepção e para o reconhecimento, ainda que, na origem, viesada, da alteridade cultural, lingüística, de visão de mundo, enfim.

O segundo prisma é particularmente relevante para as considerações acerca do ato tradutório: a função cognitiva, metalingüística, apontada por Jakobson (1969). Pela metalinguagem, em suas mais variadas manifestações, inclusive o discurso científico, abre-se, novamente, um caminho – não isento de escolhos e pedras, é verdade – que realça a ca-

pacidade de dizer as alteridades cultural, lingüística e cosmogônica. Não é sem razão que, no referido trabalho, Jakobson afirma: “As línguas diferem naquilo que *devem* expressar, não naquilo que *podem* expressar”. (Grifo do autor.) Manifestada na tradução, velada ou explicitamente, nas variadas formas dos apostos e comentários parentéticos, nas paráfrases, nas apresentações e notas de tradutor, nos glosários em pré ou posfácio, a metalinguagem irrompe até mesmo por sobre algumas das barreiras postas pela função poética – é bem verdade, não sem sacrificar a apreensão direta da *poeticidade*, como quer que se entenda tal termo. Esbarra, apenas, nas restrições, não da língua em si, mas de admissibilidade no âmbito de determinados tipos de discurso. Assim, por exemplo, em textos para um público leitor infantil, o recurso à nota de tradutor raramente será admitido, e o texto de apresentação, se houver, dirigir-se-á mais ao adulto que pretende ler o texto em voz alta para as crianças do que propriamente para o recém-alfabetizado.

Em síntese, não nos parece que a visão de mundo imbricada a cada idioma seja tão inerente e específica a ponto de condenar ao fracasso qualquer tentativa de tradução que inclua, entre seus propósitos, o resgate dessa mesma visão de mundo. Nem, inversamente, podemos aceitar a tese de uma neutralidade na relação língua/visão de mundo. Mas essa relação, motivada e essencial em vários planos, não é nem inflexível nem estática: impõe dificuldades evidentes, não murallas intransponíveis. Varia, em intensidade, de texto a texto e, talvez mais ainda, de uma situação tradutória para outra, exigindo uma avaliação caso a caso. Não constitui mais uma servidão e sim mais um desafio.

OS REFERENTES E SUAS EXPRESSÕES NO CÓDIGO

Tal como no capítulo precedente, aqui novamente pisamos em território fartamente explorado: os problemas e as aparentes armadilhas que cercam a tradução diante das realidades distintas, de cultura a cultura, que se sobrepõem ao distanciamento inerente às visões de mundo conflitantes e as amplificam (vide, em especial, Mounin, 1963, Nida, 1964, Nida & Taber, 1969). E, mais uma vez, não pretendemos, neste trabalho, inovar nem reinventar a roda, mas, tão-somente, delinear alguns traços característicos da questão para assegurar uma adequada cobertura de análise.

A obviedade da constatação de que, na passagem de uma língua para outra, se tende a mudar, igualmente, de um universo referencial para outro, não apenas em termos de visão de mundo – mesma realidade *referida*, isto é, *descrita* de maneira distinta por cada código lingüístico – mas, também, em termos de realidades extra-lingüísticas (ecológicas, materiais, sociais e religiosas/ideológicas) efetivamente distintas, tem conseqüências talvez menos

evidentes no que tange à tradução de textos que, direta ou indiretamente, retratem tais realidades discrepantes.

Na visão mais corriqueira da tradução interlingual, mudam os códigos lingüísticos mas, pressupõe-se, a realidade retratada no texto, o *referente* – freqüente e simplesmente identificado com o *conteúdo* do texto – deve permanecer o mesmo; e uma das dificuldades da tradução será, então, encontrar na língua de chegada meios de expressão para um referente diverso daquele que o complexo língua/cultura de chegada usualmente exprime.

Essa concepção não deixa de conter a sua parcela de verdade, a despeito da confusão entre *conteúdo* e *referente*, mas não representa toda a verdade. Com efeito, a inserção do Referente1 (Referente de Partida) no texto traduzido constitui *uma opção*, que tipifica uma *abordagem matricial* (ou, na terminologia talvez pouco feliz de Newmark, 1981, uma abordagem *semântica*) do ato tradutório; ou seja, em termos simplificados, aquela em que os condicionantes lingüístico-estilístico-culturais do texto original têm precedência, na estruturação das prioridades do processo tradutório em pauta, sobre os condicionantes equivalentes da língua/cultura de chegada. Essa, no entanto, não se configura como a única postura possível: dadas certas circunstâncias favoráveis, pode-se conceber uma substituição pura e simples do Referente de Partida pelo Referente de Chegada (Referente2) ou alguma solução híbrida, miscigenando elementos de ambos os referentes.

A distinção entre Referente de Partida e Referente de Chegada nem sempre é muito evidente. Típica, mas não exclusivamente, em textos relativos a

questões de tecnologia de ponta, por exemplo, a diferença mais imediata é percebida em termos de estágios discrepantes de desenvolvimento tecnológico. Nestas configurações, a cultura receptora tende, se for periférica, a absorver as informações, os dados, os conceitos gerados na cultura transmissora, central. Recorrendo-se a empréstimos, decalques e alguns instrumentos parafrásticos, a barreira acaba vencida.¹ Se a diferença em termos de estágio tecnológico for muito grande (para raciocinar sobre um caso tangenciando os limites da verossimilhança: a tradução de um texto sobre física nuclear para o guarani), o tradutor assumirá às claras um papel normalmente exercido de forma mais velada, o de criador e inovador de linguagem, gerando toda uma terminologia – e, quiçá, até mesmo uma epistemologia – nova, transmutando o referente de partida e incluindo-o no acervo da língua/cultura de chegada.

Algo semelhante, mais evidente em termos de diferenciação de referentes, embora menos radical na sua manifestação, se observa na tradução juramentada de textos jurídicos: um instrumento público de procuração lavrado em cartório brasileiro manterá a mesma feição, não apenas lingüístico-estilística, mas referencial brasileira (por exemplo, identificação do cartório, referência à nacionalidade, profissão, estado civil, domicílio, RG e CPF do outorgante e do outorgado) em qualquer outra língua para a qual venha a ser traduzido, mesmo que para tal em outra língua conceitos tais como de Cartório de

¹ Evidentemente, se as relações de “força cultural” forem inversas, o recurso ao *empréstimo* e, em grau menor, ao *decalque* (no sentido de Vinay, 1968 e Aubert, 1984) torna-se, pelo menos, problemático.

Notas, CPF e de RG não façam sentido, ou não façam o mesmo sentido, isto é, não se refiram a uma mesma realidade jurídica, notarial, tributária e policial. No entanto, numa tradução não-juramentada do mesmo texto, pode-se empreender uma reescrita mais avançada, mais livre, mais “*comunicativa*” no sentido de Newmark (1981), adequando não apenas a linguagem (inclusive estilo) mas alterando, por supressão, mudança ou acréscimo, as indicações referenciais, para assim tornar o texto traduzido compatível com a realidade lingüística e cultural de chegada. Nessa segunda opção, a própria “origem tradutória” do texto acaba ficando parcial ou totalmente oculta.

Talvez mais comum seja a solução intermediária, isto é, aquela em que certos elementos referenciais do texto de partida são mantidos relativamente intactos enquanto que outros são substituídos, em favor de componentes do referencial de chegada, gerando uma aproximação e uma facilitação da leitura do texto traduzido. Essa solução é frequentemente induzida pelo fato de culturas diversas utilizarem designativos similares para realidades efetivamente distintas (como ilustração, basta considerar a tradução do ing. *M. A. in Linguistics* pelo port. *Mestrado em Lingüística*) ou reforçada por uma espécie de “tradição” tradutória, que iguala, por exemplo, ing. *bill* e port. nota fiscal.²

² Ao contrário do que poderia parecer, não se trata propriamente de falsos cognatos ou falsos amigos. Há, em ambos os casos, uma clara intersecção conceptual e referencial, intersecção essa insuficiente, porém, para autorizar a suposição de tratar-se do “mesmo” referente. Nos termos de Vinay (1968) e Aubert (1984), constituem casos de “*adaptação*”, geralmente não percebidos como tal.

Qualquer que seja a opção feita, porém, e particularmente nas tentativas de transmutação ou inserção, total ou parcial, do referente de partida no universo do referente de chegada, no caso de textos técnicos, científicos, comerciais e jurídicos somente a utilização, em escala relativamente extensa, da paráfrase (recurso esse nem sempre efetivamente disponível para a modalidade de texto em questão ou aceitável em função do perfil do destinatário presumido), ou a pressuposição de uma biculturalidade por parte do destinatário do ato tradutório ou, ainda, a sinalização sistemática do diferencial (por meio de empréstimos, por exemplo) poderia evitar, ou neutralizar, de modo eficaz, uma “leitura” referencial do texto traduzido que tenderá, de outro modo, a efetuar uma inserção no universo cultural de chegada da realidade extralingüística nela retratada, colorindo-a, transformando-a, alterando toda uma escala de valores, gerando uma ilusão de proximidade ou de universalidade. Ou seja, a apreensão do texto traduzido tende a ser efetuada tendo por pano de fundo o quadro referencial da língua/cultura de chegada, gerando como que um “sotaque” de leitura. No processo tradutório, caberá, portanto, avaliar o grau de admissibilidade de tal sotaque que, de qualquer forma, é passível de um certo controle, por meio dos recursos há pouco aludidos; a sua neutralização plena, porém, parece constituir meta dificilmente realizável na prática.

Voltando, no entanto, a atenção para os textos mais marcadamente culturais, que mais explicitamente retratam ou se referem ao meio-ambiente natural, material, social e ideológico da cultura de partida, observa-se uma situação algo diversa. Enquanto os textos técnicos e jurídicos tendem, por

via de regra,³ a buscar a universalidade e, na tradução, as peculiaridades de referente são claramente percebidas como óbices à comunicação e tratadas como tais, nos textos de natureza mais literária, ou mais culturalmente marcados, a especificidade referencial mostra-se, não raro, com um dos seus elementos constitutivos, um dos “atrativos” que justificam e valorizam uma iniciativa tradutória. As soluções encontradas não são necessariamente distintas, do ponto de vista da técnica tradutória; mas ocorrerá, é quase inevitável, uma postura diferente, quer por parte do receptor-tradutor, na apreensão primeira, quer por parte do receptor final da tradução, do consumidor/leitor do texto traduzido.

Na tradução de textos técnicos, jurídicos e similares (genericamente, *textos pragmáticos*), o diferencial de referente é, ao mesmo tempo, explícito e, até certo ponto, isolável. Assim, por exemplo, uma simples nota de rodapé ou um aposto parentético pode bastar para fazer entender ao receptor final da tradução o sentido da sigla CPF/MF em um texto jurídico ou institucional originalmente expresso na variante brasileira da língua portuguesa.

Nos textos culturais, ou *literários latu sensu*, esse diferencial tende a apresentar-se de forma mais sutil. Em muitos desses textos, a especificidade referencial é tomada como dada de antemão, não exigindo verbalização, e corre, por isso mesmo, risco maior de escapar à percepção do receptor-tradutor. Uma *padaria* é, aparentemente, equivalente ao nor. *brødforretning* (literalmente, “loja de pão”) – tanto

³ Trata-se, neste parágrafo, de uma generalização, estatisticamente suposta como válida, sem pretensão a descrever uma “verdade inerente”.

quanto a *drogaria* ao *drugstore* americano – mas a seleção de produtos disponíveis nos respectivos estabelecimentos apresenta apenas uma certa intersecção, ainda assim em termos genéricos (“produtos de panificação”, “medicamentos”), dificilmente no que tange a produtos específicos (*pãozinho francês*, *pão de queijo*, *rosca de ricota*, vs. *rundstykke* [lit. “pedaço redondo”, equivalente funcional, mas não no formato, ao “pãozinho francês”], *frøbrød* [pão de trigo coberto com sementes de papoula, independentemente do formato], *kringle* [espécie de rosca trançada, sem recheio]).⁴ A faxina doméstica não é apenas diferente conceptualmente (cf. ing. *spring-cleaning*, na sua alusão a uma atividade primaveril, findo o período frio e com largo uso do aquecimento a carvão, que clama por uma limpeza em regra que elimine o negrume resultante) mas na sua concretude, com a presença ou ausência do ralo, piso azulejado, de lajotas ou de linóleo etc. O nor. *lunsj-pause* dificilmente se compara à nossa hora de almoço, diferindo na duração (30 minutos/1 hora e meia) e no conteúdo (lanche/refeição [idealmente] quente). E assim por indefinidamente diante, matizando, a cada momento, cada gesto, cada rotina impensada, do despertar ao dormir e além dele, com uma qualidade cultural própria, que dispensa o recurso aos extremos exotismos – como a problemática tradução do conceito de “Cordeiro de Deus” pa-

⁴ Assim, a frase “Ele foi à padaria tomar uma cervejinha com os amigos” exigirá, normalmente, em sua tradução para outras línguas/culturas, uma reelaboração em que a alusão à panificação desaparecerá por completo. Da mesma forma, a degustação de um *sur-dae* no *drugstore* estadunidense é dificilmente conciliável com a noção de venda de produtos farmacêuticos.

ra a língua esquimó – para a adequada caracterização do problema a enfrentar.

Nesta matização cultural generalizada, a especificidade referencial tende a ser menos facilmente isolável, inserindo-se em toda uma rede de alusões diretas e indiretas que, em seu conjunto, institui o pano de fundo cultural ao interior do qual o receptor do original efetua a sua leitura do texto. Aqui, embora o recurso adotado possa ainda ser a observação parentética ou nota de tradutor, uma solução do tipo

*cachaça, a sugar-cane brandy*⁵

não pode pretender resgatar toda a rede associativa de imagens referenciais que o termo automaticamente ativa em qualquer falante brasileiro do português: o alambique, a figura do pinguço (e não do “bebedor inveterado de uísque ou gin etc.”), o gole “p’ro santo”, a meia-de-seda, e, por extensão, toda a civilização da cana-de-açúcar, desde as sesmarias das capitâneas hereditárias até o Pró-Álcool e o uso do álcool como desinfetante não apenas médico mas como instrumento cotidiano de limpeza doméstica.⁶

⁵ Essa solução foi adotada pela tradutora de J. Amado, *Tereza Batista Cansada de Guerra* (tradução norte-americana de B. Shelby, *Tereza Batista Home from de Wars*. New York, Alfred A. Knopf, 1975).

⁶ O conjunto de associações articula-se de outro modo, por exemplo, na Noruega, em cuja cultura os ecos da Lei Seca ainda se fazem sentir, e onde a política de controle do alcoolismo tornou a venda de bebidas alcoólicas – excetuada a comercialização da cerveja, de qualquer forma não-disponível em todos os municípios do país – um monopólio estatal, e engendrou uma forte restrição ao acesso ao álcool “puro”: frascos de álcool hidratado somente podem ser adquiridos em farmácias e contra apresentação de receita médica.

Sem dúvida, as mesmas redes associativas podem manifestar-se – certamente se manifestam – na leitura dos textos pragmáticos. No entanto, para os fins previsíveis de um texto pragmático, a explicitação do significado referencial de um termo – como no caso do aludido CPF/MF – no seu sentido mais imediato, conceptual, limitado aos propósitos do texto específico em que se encontra inserido, será o bastante. Suas demais relações referenciais – o de identificação do cidadão como contribuinte e consumidor, a exigência de sua apresentação para um grande número de atos cotidianos por vezes distantes da esfera tributária, sua correlação com a cédula de identidade, com o talão de cheque etc. – podem, quase sempre, ser omitidas da tradução sem dano para o ato comunicativo específico. A mesma omissão, quando ocorre em texto cultural, retira-lhe algo da substância, da consistência, ou, como se diz costumeiramente, “empobrece” o texto traduzido. É, talvez, nesse ponto, mais do que em qualquer outro, que se adentra a faixa de risco da intraduzibilidade prática.

Diante do exposto, é inevitável, a cada ato tradutório, efetuar uma análise global da situação tradutória específica e das suas necessidades detectáveis, investigar a densidade e o grau de “amarração” referencial de cada texto, e adotar uma determinada e consciente postura⁷ para, então, efetivar o ato tradutório resgatando o referente de partida, buscando seus equivalentes aproximados no com-

⁷ Mesmo que tais opções, análises e posturas sejam efetuadas e adotadas por assim dizer “subconscientemente”, elas se fazem presentes e se revelam na maneira pela qual o texto traduzido foi trabalhado.

plexo língua/cultura de chegada, ou efetuando conciliações entre essas duas vertentes, recorrendo, eventualmente, a mecanismos de compensação, de natureza lingüística, visual ou outra.

*INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES DO
ATO TRADUTÓRIO E O COMPLEXO
CÓDIGO/REFERENTE:
A QUESTÃO DAS COMPETÊNCIAS*

Neste estágio destas reflexões, coloca-se, primordialmente, a questão da competência e do desempenho dos participantes do ato tradutório (Emissor Original, Receptor-Tradutor, Receptor Final) em função dos códigos manipulados e dos conhecimentos referenciais mobilizados na produção dos dois textos.

É preconceito bastante difundido alçar o texto original (e, por extensão, o seu autor) ao topo de algum pedestal, considerá-lo como algo sacrossanto, inviolável, e condenar com veemência o ato conspurcatório da tradução que o reduz a algo mortal, evanescente.¹ Com exceção da grande obra literária,

¹ A mortalidade dos textos traduzidos é, com efeito, um fenômeno bastante generalizado, mas não pelo motivo ora sugerido. No que tange à grande obra literária, cada tradução da mesma é a exteriorização ("atualização", no sentido dado pela Lingüística) de uma leitura, condicionada individualmente e por correlações mutáveis de tempo e espaço; e, portanto, cada individualidade, cada lugar e cada tempo, requer uma nova leitura. Quanto à tradução dita "pragmática" (alternativa menos negativista para "não-literária"), acresce que

porém, que atualmente representa uma ínfima percentagem do volume de traduções processadas, a cada dia, em escala planetária, os demais textos originais pouco ou nada apresentam de transcendente, de “perfeito”, antes pelo contrário.

Na realidade da produção textual em nossa civilização, quer de textos originais ou de textos traduzidos, o grau de competência e o nível de desempenho² de seus produtores e de seus consumidores apresentam-se bastante variáveis, tanto no que se refere ao conhecimento do referente quanto ao domínio dos meios de expressão disponíveis no código (inclusive dos meios de expressão específicos para o referente em questão). Idealmente, o emissor do original utilizará, na produção do texto original, sua língua de domínio mais ativo,³ e discorrerá sobre

boa parte da mesma constitui aquilo que, no jargão profissional, é rotulado como “tradução descartável”, ou seja, aquela que, uma vez cumprida sua função de transmissão de mensagem, por sobre as barreiras lingüísticas e culturais, pode ser posta de lado, ou reformulada (“copidescada”), sofrendo novas mutações que a distanciam de uma relação tradutória, para constituir novo texto original. Nisso, aliás, a sorte do texto traduzido não difere daquilo que é o destino da maioria dos textos produzidos no contexto cultural contemporâneo, de vida útil curta. Duradoura, por injunção legal, é apenas a tradução juramentada: mas, qual o seu alcance numérico e temporal? Quantos lêem e relem tais textos?

² Para os fins destas considerações, os conceitos de competência e de desempenho vêm utilizados em seu sentido mais genérico, sem referência expressa à terminologia da teoria gerativista.

³ Evitamos, deliberadamente, o emprego da expressão *língua materna*. Com efeito, com a progressiva globalização cultural e os crescentes movimentos migratórios, que mudam de direção mas não parecem decrescer em intensidade, são cada vez mais encontradas as “biografias lingüísticas” em que, em algum momento do percurso vital do indivíduo, ocorre uma mutação mais ou menos radical nas suas diversas competências lingüísticas. Ainda, no caso de filhos de imigrantes – mas não apenas nesses – é relativamente comum observar-se uma certa “especialização” lingüístico-referencial, ou

assunto que conheça em profundidade. Da mesma forma idealizada, o Receptor-Tradutor terá conhecimento pelo menos equivalente do universo referencial em questão e produzirá o texto traduzido naquela que é a *sua* língua de domínio mais ativo para leitores/ouvintes também dotados de suficiente competência lingüística e referencial.

Ora, a realidade é, percebe-se logo, frequentemente bastante diversa. A utilização por um emissor de sua língua de domínio mais ativo significa, tão somente, expressar uma mensagem utilizando o código em que o emissor em questão apresenta *seu* melhor desempenho lingüístico; a comparação, portanto, é feita internamente, com referência ao conjunto de competências lingüísticas daquele emissor em particular, e não externamente, em função de mais um “ideal” – o de competência. E, se o Emissor-Tradutor utilizar sua língua de domínio mais ativo para produzir o texto de chegada, fatalmente estará, no papel de Receptor, empregando um código lingüístico no qual *não* dispõe da mesma competência.⁴ Outrossim, particularmente no caso dos idiomas largamente empregados para a comunicação internacional, em ambientes empresarial, comercial,

seja, a maior facilidade para exprimir-se sobre determinados assuntos em uma língua e sobre determinados outros assuntos em outra (por exemplo, no idioma dos pais sobre o referencial doméstico e no idioma de escolaridade sobre o referencial externo à vida familiar).

⁴ Teoricamente, é possível conceber um indivíduo com uma competência lingüística e/ou referencial rigorosamente equivalente em dois idiomas e/ou dois referentes e que atue, sistemática ou intermitentemente que seja, na função de receptor e emissor-tradutor. Na prática, porém, tal configuração parece ser das mais excepcionais, de incidência estatística tão insignificante que sua exclusão de uma teorização sobre o ato tradutório não representa a menor violência à realidade.

turístico, acadêmico, e tantos outros (incluem-se nessa categoria, sem limitação, o inglês, o francês, o alemão, o russo e o castelhano), é muito comum a produção de textos de partida naquilo que, para o emissor, constitui uma segunda ou, mesmo, uma terceira língua.

Algo semelhante pode ocorrer com o tradutor. Apesar da recomendação da FIT (Fédération Internationale des Traducteurs), insistindo em que os tradutores devem, preferencialmente, sempre traduzir *para* suas respectivas línguas “maternas” ou “nativas” (*sic*), na realidade do mercado da tradução, esse desiderato nem sempre pode ser cumprido à risca. E todo tradutor com alguns anos de vivência profissional poderá relatar situações em que se viu diante da tarefa irrecusável de traduzir de um idioma em que sua competência, ao menos em termos estritamente lingüísticos, era algo precário ou, até mesmo, de traduzir de um idioma para outro em que ambos lhe eram, por assim dizer, “estrangeiros”, ou, pelo menos, em uma situação em que nenhum dos códigos, de partida e de chegada, correspondia à sua língua de domínio mais ativo.⁵

Para melhor retratar – de forma confessadamente simplificada – as diversas configurações de competência que podem ocorrer no ato tradutório, podemos conceber uma escala de A a F, definida como segue:

⁵ O autor já se viu diante da necessidade de traduzir uma fatura em grego moderno para o português, *curriculum vitae* do francês para o inglês, e roteiro de filme publicitário do castelhano para o inglês, embora a sua competência lingüística para os idiomas em questão, com base no quadro adiante, fosse: português – A; inglês – B; francês – D; castelhano – E; grego moderno – F.

- A – pleno domínio dos recursos expressivos do código;
- B – domínio profissionalmente competente dos recursos expressivos do código, mas insuficiente para evitar, vez por outra, uma certa interferência estrutural ou idiomática do idioma de domínio “A”;
- C – domínio dos recursos expressivos básicos do código, mas com competência passiva claramente superior à ativa;
- D – domínio ativo do código suficiente para assegurar a compreensão pelos interlocutores em situações de interação sociolingüística menos complexa;
- E – competência quase que apenas passiva do código;
- F – competências ativa e passiva rudimentares.

Na situação de interação tradutória, teríamos, então, a seguinte configuração de competências:

Emissor do Original	Receptor-Tradutor	Emissor-Tradutor	Receptor da Tradução
A	A	A	A
B	B	B	B
C	C	C	C
D	D	D	D
E	E	E	E
F	F	F	F

Considerando a virtual impossibilidade de o tradutor deter, nos seus dois momentos de receptor

e de emissor e no âmbito de um mesmo ato tradutório, o mesmo nível de competência lingüística, pode-se prever, com base no que constitui, conforme já foi ressaltado, uma simplificação que não leva em conta uma multiplicidade de nuances de diferencial de competência, um total de 1.080 situações tradutórias, apenas no que tange ao domínio dos recursos expressivos dos códigos pertinentes.⁶

O retrato aqui proposto implica, inclusive, a possibilidade de uma inversão da situação preconceituosa típica a que se fez alusão no início deste item: pode ocorrer – e freqüentemente ocorre – de ter o tradutor uma maior competência lingüística absoluta (isto é, relativa ao “ideal” de competência), quer como receptor ou como emissor da tradução, do que o emissor do original. Neste momento, poderá o tradutor empreender, como parte integrante do processo tradutório, uma “correção”, uma “melhoria” do texto, tornando-o mais adequado em termos de norma, uso e expressividade.⁷

⁶ Evidentemente, uma configuração em que o emissor do original produza seu texto – oral ou escrito – em nível de competência “F”, em que tal texto seja decodificado por um receptor-tradutor igualmente com competência “F” e utilize, no seu papel de emissor-tradutor, um código em que detenha um domínio de nível “E”, dirigido a receptores finais com um desempenho de nível “F” em tal código de tradução, constitui, provavelmente, mais uma hipótese de laboratório do que uma situação verossímil para a realização de um ato tradutório que não seja abortado em algum momento antes de sua finalização. No entanto, o anedotário da tradução profissional é repleto de situações *a priori* inimagináveis, o que não autoriza seu banimento liminar do reino das potencialidades. Ademais, uma parca competência lingüística pode ser parcialmente compensada por outros recursos, desde a expressão corporal até o conhecimento referencial (de assunto).

⁷ Excetuada a tradução juramentada, que se propõe como uma espécie de “transparência” sobre o texto original, reproduzindo, inclusive, as suas deficiências lingüísticas e/ou factuais.

Situação algo parelha observa-se no que diz respeito à competência referencial. Aqui também a realidade nos mostra os produtores de texto, emissores originais e tradutores, bem como os destinatários, tradutores ou usuários finais da tradução, com um variado domínio de assunto, estendendo-se desde um conhecimento rudimentar, de almanaque, até a verdadeira erudição. Aplica-se, portanto, para o referente, boa parte das considerações já tecidas acima acerca da competência lingüística, inclusive a multiplicidade de configurações reais de competência.⁸

Note-se, no entanto, que, enquanto uma sensível discrepância de competência lingüística do tradutor nos papéis de receptor do texto original e de produtor do texto traduzido pode levar este a incorporar em si estruturas e idiomatismos do código de partida, resultando, no geral, em um produto tido por qualitativamente insatisfatório deste ponto de vista (“com cara de texto traduzido”), uma situação similar ao nível de domínio de assunto pode, igualmente, resultar numa introdução do referente de partida no espaço do referente de chegada sem, no

⁸ Considere-se, apenas, o efeito multiplicador de situações concretas: o produto do número teórico de configurações de competências lingüísticas dos participantes do ato tradutório e do número teórico de configurações de competências referenciais dos mesmos resulta em um total de 1.166.400! Tal constatação, por si só – isto é, sem levar em conta todas as demais variáveis descritas neste texto – já seria suficiente para gerar a impressão de que, em tradução cada caso é um caso; ou dito de outra forma, que a tradução constitui uma evidência empírica contundente comprobatória da Teoria do Caos. Tal observação não seria, na realidade, totalmente descabida. Apenas, acreditamos que cada caso não é um caso isolado, mas passível de análise, avaliação e enquadramento em tendências e categorias de aplicação mais geral.

entanto, que tal fato seja necessariamente tido por revelador de um desempenho inadequado, e sim como opção tradutória deliberada.⁹

Observa-se, ainda, no tradutor, uma certa relação compensatória entre a competência lingüística e a competência referencial. Ou seja, uma competência lingüística sofrível pode vir compensada, ao menos parcialmente, por uma competência referencial de nível mais elevado; e, inversamente, uma competência lingüística de nível mais elevado pode compensar uma competência referencial mais precária, em ambos os casos permitindo a geração de produtos – textos traduzidos – com alguma chance de aceitabilidade por parte dos receptores dos mesmos. Essa segunda configuração – competência lingüística mais elevada e referencial mais precária – constitui, provavelmente, a mais encontrada entre os tradutores profissionais e justificaria, de princípio, a intervenção de mais um participante no ato tradutório – o *revisor*, ou *consultor especialista*. A prática profissional demonstra, porém, à sociedade, o quanto é problemática a coordenação harmoniosa de tal intervenção. Salvo se sua participação for rigorosamente limitada à função de informante terminológico ou de revisor ortotipográfico, haverá o risco de introduzir-se uma nova leitura, uma postura parcialmente distinta nas diversas representações imagéticas que vinculam os interlocutores, além de discrepâncias de competência lingüística, de inten-

⁹ Embora possa, na realidade, originar-se da insegurança do tradutor. Observa-se, aqui, um caso evidente – e que, de fato, é de aplicação mais geral – de como pode ser problemático inferir algo sobre o processo a partir do produto (provavelmente, não apenas no campo restrito da tradução).

ção comunicativa e outras. Mesmo no papel restrito de consultor de terminologia, as disparidades de uso, os diversos “dialetos terminológicos” que opõem integrantes de subgrupos sociais distintos (por entidade, escola de pensamento etc.) representam, novamente, um certo grau de risco para a feitura de um ato tradutório que transponha os bloqueios comunicativos originais sem engendrar, por uma polifonia inadequada,¹⁰ novos impedimentos à interação intersubjetiva.

¹⁰ Evidentemente, a polifonia como tal não se caracteriza necessariamente como algo inapropriado à interação discursiva e cultural que se estabelece na tradução interlingual. Pode, ao contrário, constituir um dos objetivos do ato tradutório, particularmente quando os valores culturais e estéticos estão em jogo. A crítica aqui formulada diz respeito exclusivamente aos hibridismos terminológicos, no que têm de negativo para a comunicação dentro de cada área de especialidade.

OS CANAIS

Nas situações mais típicas – mais frequentes – textos originais escritos são submetidos a atos tradutórios que resultam em textos traduzidos escritos e textos originais orais são submetidos a atos tradutórios que resultam em textos traduzidos orais (interpretação simultânea ou consecutiva). Nesses casos, eventuais manifestações do canal alternativo – oral e escrito, respectivamente – podem ocorrer incidentalmente durante a execução do ato tradutório: na tradução escrita, por exemplo, pelo teste de eufonia de uma frase e eliminação de cacófonos; na interpretação, o canal escrito pode servir de apoio à simultânea, através da leitura prévia de resumos das conferências ou palestras a serem proferidas e/ou confecção de glossários, ou, no caso da tradução consecutiva, mais sistematicamente, pela tomada de notas, taquigráficas ou não.

Mesmo descontadas essas “interferências” resultantes de “canais trocados”, de qualquer forma marginais ou secundária ao processo básico, a rela-

ção escrita (-) escrita e oralidade (-) oralidade no ato tradutório não está isenta de problemas.

Para a interpretação, os problemas específicos do canal remetem ao fato de que a fala é sempre acompanhada de (1) inflexões entoacionais de toda ordem, algumas facilmente identificáveis, como signos gramaticais que são – melodia interrogativa vs. melodia declarativa –, outras mais sutis, manifestando, conscientemente ou não, pressupostos, subentendidos, elementos atitudinais, frequentemente sujeitas a fortes variações dialetais, e, mais frequentemente ainda, desestruturadas e invertidas por falantes de níveis B e C (vide capítulo anterior), impondo, como é previsível, fortes exigências à competência lingüística do Receptor-Intérprete; (2) de uma expressão corporal (gestualidade) que se articula com a linguagem e, por vezes, a substitui ou, até, inverte seu “valor de face”. Todos esses elementos, ausentes da interação escrita, são culturalmente marcados, ou seja, são portadores de sentidos específicos de cada língua e/ou cultura, e melodias e gestos similares podem ter significados diversos (até contrários ou contraditórios) em línguas e culturas distintas. Pressupondo-se o intérprete como dispondo da devida competência entoacional e gestual bilíngüe e bi-cultural, diversos filtros – interferências de estática no diálogo por meio telefônico, pouca ou nenhuma percepção visual do falante (rádio, telefone, cabine de interpretação simultânea mal posicionada) – podem bloquear, parcial ou totalmente, o acesso a essas informações, não obstante serem vitais para uma apreensão menos viesada da mensagem.

Para a relação tradutória que se desenvolve pelo canal da escrita, uma questão a que se tem da-

do relativamente pouca atenção, mas que exige, em algum momento, uma tomada de posição por parte do tradutor e/ou do receptor (cliente) da tradução diz, respeito às convenções díspares dos sistemas grafêmicos discrepantes. Com efeito, mesmo entre idiomas que empregam o alfabeto românico, apenas dois – o inglês e o holandês – não utilizam letras especiais e/ou diacríticos de diversos tipos. Dependendo do ferramental de escrita disponível,¹ podem ocorrer restrições de toda ordem que mesmo as impressoras mais modernas, a *laser* ou a jato de tinta, com seus diversos cartuchos de fontes, nem sempre solucionam de maneira satisfatória quando de sua interação com os *softwares* mais em voga.² Diante de tais restrições, far-se-á normalmente necessário optar entre a *transliteração* e a *tradução grafológica*.

Nos termos definidos por Catford (1980), a transliteração constitui um processo complexo pelo qual se procura inicialmente, na língua de partida, o equivalente fonológico ao grafema (ou dígrafo etc.) em questão. Num segundo momento, efetua-se uma *tradução fonológica*, isto é, procura-se, na língua de chegada, o fonema com características mais próximas ao fonema da língua de partida que corres-

¹ O caso mais exemplar é o do telex, que não comporta minúsculas nem diacríticos.

² Este problema tende a se tornar particularmente agudo sempre que, pelos mais diversos motivos – empréstimos, nomes próprios não-traduzíveis etc. – o produtor do texto de chegada queira ou necessite manipular, no âmbito da mesma escrita, duas convenções ortográficas, a da língua de partida e a da língua de chegada, caso ambas utilizem diacríticos, ou letras especiais, em combinações de sinais não inteiramente confluentes.

ponde ao grafema que se pretende transliterar. Finalmente, determina-se o(s) grafema(s) na língua de chegada que corresponda(m) ao fonema identificado como aquele sendo mais similar ao fonema da língua de partida. Assim, por exemplo, a aspiração glotal, típica dos idiomas anglo-germânicos, é a fricativa surda mais posterior dessas línguas. No português do Brasil, a fricativa surda posterior é uma velar [R], variante livre da vibrante múltipla. Por esse motivo, falantes nativos de português do Brasil tendem a substituir a aspiração glotal, em sua pronúncia das línguas anglo-germânicas, por um tipo de “r”, como em ing. *house* [haus] → [Raus]. Daí as grafias jocosas como “Roliúde” por Hollywood e quejandos.

Aplicada à tradução entre línguas de escrita românica, porém,³ a transliteração tende a criar desvios mais ou menos significativos na percepção visual. Assim, se uma longa tradição já consagrou a aceitabilidade da transliteração do grafema alemão “ü” como “ue” (o “e” conferindo ao “u” um elemento de anterioridade), a reescrita de “Conceição” como *Konseisaung* (transliteração para o norueguês) ou de “açougue” como *assouguee* (transliteração para o inglês) tende a causar tal espécie, gerar tais dúvidas sobre a real identidade do vocábulo, que a opção natural parece ser o apelo à tradução grafológica.

³ Exceto a “transliteração metalingüística” freqüentemente utilizada nos guias fraseológicos de bolso, para consumo dos turistas, em que se efetua um arremedo de transcrição fonética utilizando a convenção ortográfica nativa do turista para indicar a pronúncia aproximada dos sons da língua estrangeira; por exemplo, “bong dia” por “bom dia”, em que o desvio visual não é percebido como tal por tratar-se, explicitamente, de orientação para a fonação.

Nesta, a conversão se faz procurando diretamente na convenção ortográfica da língua de chegada o grafema visualmente mais similar ao grafema problemático em língua de partida. Assim, para o grafema “ç” do português e do francês, o correspondente mais similar nas demais línguas européias de escrita românica é, simplesmente, o “c”, sem o cedilha; da mesma forma, nas línguas anglo-germânicas, o “ä” apresenta como único equivalente possível o “a”, sem diacrítico ou, alternativamente, tremado. Dessa forma a reprodução do nome próprio “Conceição” será usualmente feita como “Conceicao” ou “Conceição”.

Esta, ao menos, é a descrição teoricamente mais confortável. Na realidade, porém, as formas correntes de lidar com o problema das convenções ortográficas discrepantes se apresentam algo mais complexas. Por exemplo, diante de eventuais restrições instrumentais, para as línguas escandinavas tende-se a adotar como convenção ortográfica alternativa para o “ä” a forma mais arcaica “aa”.⁴

No caso da tradução escrita entre línguas com sistemas de escrita divergentes – alfabéticos, silábicos ou ideográficos – a única solução viável para assegurar a legibilidade nos casos de empréstimos e similares é a transliteração. Observa-se, a este respeito, a ausência de uma convenção de transliteração suficientemente bem difundida que leve em conta a estruturação grafológica específica do portu-

⁴ Em termos. O sueco foi o primeiro idioma a substituir o “aa” por “ä”, em princípios do século XIX. O norueguês efetuou a troca na passagem do século XIX para o século XX. Já o dinamarquês somente abandonou o dígrafo “a” após a Segunda Guerra Mundial (apud Walsh, 1965).

guês, sendo comum, entre nós, a imitação de convenções mais bem articuladas para a transliteração ao francês ou ao inglês. É bem verdade que uma tradução grafológica parcial pode também ser operada entre tais convenções díspares, mas, usualmente, apenas como efeito estético e/ou publicitário, por exemplo, sugerindo uma “autenticidade russa” em conhecida marca de vodca, ou conferindo um “ar” nipônico, árabe, hebraico etc. a determinada palavra ou frase (apud Catford, 1980).

Outro aspecto que tem merecido pouco destaque prende-se à especificidade do canal escrito em relação ao oral. Ao contrário da crença mais difundida, a escrita não constitui um mero derivativo da oralidade. Independentemente da *precedência* histórica de uma ou outra modalidade de verbalização, na própria evolução da escrita o sistema alfabético, mais próximo de uma “imitação” do componente fonológico das línguas, foi o último, não o primeiro, a ser elaborado, sendo precedido pelo pictográfico, logográfico ou ideográfico e, numa solução intermediária, pela analogia logográfica/silábica e/ou fonológica (Gelb, 1952). Desde sua inepção, portanto, a escrita foi concebida como distinta e não correlata à fala. E, mesmo em convenções alfabéticas, abundam os grafemas não-fonológicos (vide Crispim, 1988).

Esse dado diacrônico indica a existência de diferenças de ordem estrutural, manifestas sincronicamente. E, de fato, além da presença/ausência (ou manifestação diversa) da entoação e da expressão corporal, a oralidade e a escrita se diferenciam em pelo menos um ponto central à própria definição do signo. A noção de *linearidade do significante*

(Saussure, 1964) aplica-se, em seu sentido integral, tão somente ao signo fonologicamente produzido. Na escrita, a bidimensionalidade do meio matiza essa linearidade,⁵ abrindo perspectivas inimaginadas na fonação, e que provavelmente compensam a precária reprodução da pauta melódica e a quase ausência da gestualidade (salvo na poesia concreta e similares) na escrita. Essa bidimensionalidade, manifesta de modos variados na produção, no produto e na decodificação do texto escrito, faculta a distinção maiúscula/minúscula, a inclusão na escrita, ao lado de fono-grafemas (letras), de logo-grafemas (§, \$, %, @, *, + e outros), logotipos, sobreposições do tipo *prezado(a) senhor(a)*, além de toda uma significação textual manifesta na disposição gráfica: paragrafação, subtítulos, sublinhados, itálicos, negritos, número de colunas, margens, organização de tabelas, uso de gráficos e tabelas dos mais variados tipos, todos portadores de significado lingüisticamente definível.

Em função do que precede, coloca-se para a tradução escrita de textos escritos a questão da “imitação” (ou busca de equivalência) da disposição visual do texto. Tal preocupação parece, com efeito, ser bastante recente. Na visão – e na praxe – tradicional, o tradutor produz seu texto em “*laudás*”, de acordo com um certo padrão,⁶ eventualmente com

⁵ E, por vezes, a cancela quase que totalmente, como no caso das palavras cruzadas.

⁶ A lauda padrão é um dos muitos mitos renitentes da profissão. Na realidade, observa-se pelo menos 5 ou 6 padrões distintos no mercado brasileiro, variando entre um mínimo de 20 linhas x 50 caracteres por linha até um máximo de 32 linhas x 72 caracteres por linha, ou seja, um diferencial da ordem de 130%!

uma entrada de alguns poucos toques para a marcação dos parágrafos. Embora constitua uma forma de proceder que simplifica o processo de contagem de laudas/linhas e, portanto, de estabelecimento do preço final devido pelo texto traduzido, omite-se, dessa forma, toda a informação visual presente no original. Na atualidade, em que os sistemas informatizados de processamento de texto e as leitoras óticas (*scanners*) proporcionam um ferramental extremamente flexível para a organização visual dos textos, é possível reproduzir, com relativa “fidelidade”, colunas, bordas, centralização e divisão silábica automáticas, tabulações complexas, corpos de letras variados, negritos, sublinhados, duplo sublinhados, itálicos, entre outros (vide, a propósito, Simpkin, 1983). Evidentemente, aqui como alhures, caberá verificar até que ponto as convenções e os sentidos comunicativos manifestos na disposição visual do texto são similares ou distintos e decidir, para o ato tradutório em questão, da conveniência de manter a estética visual do original (opção essa provavelmente mais pertinente em situações que impliquem um cotejamento constante do original com a tradução, tal como em edições bilingües, minutas de contrato em vias de negociação entre partes empregando códigos lingüísticos distintos), ou de proceder às reformulações que as convenções diferentes da língua/cultura de chegada imporiam (quando a tradução deverá atuar na comunidade sociolingüística de chegada como texto autônomo).

Tendo em vista a natureza estruturalmente divergente entre a oralidade e a escrita, conforme apontou-se acima, evidencia-se que a situação tradutória será algo mais intrincado quando as suas condicionantes incluem a necessidade de troca de

canal (passagem de um texto original escrito para um texto traduzido oral ou vice-versa).⁷ Com efeito, a natureza intrínseca e, dela decorrente, o conjunto de potencialidades e limitações de cada veículo, conduzem à produção de mensagens lingüisticamente articuladas no quadro de certos condicionantes específicos, e a utilização de recursos típicos da forma escrita na oralidade e vice-versa pode gerar, tanto quanto os códigos discrepantes, “ruídos” de comunicação mais ou menos intensos.⁸ Nessas circunstâncias será, pois, imprescindível proceder a uma conversão do texto, de sua forma típica no canal original, para uma forma apropriada ao canal utilizado na sua reprodução, tradutória ou outra.⁹

⁷ Ilustram tais circunstâncias: (a) a interpretação em cartório, lendo-se em voz alta na língua de chegada o texto de escritura ou outro instrumento público vasado em língua de partida para que o outorgante, estrangeiro não-familiarizado com o vernáculo, possa confirmar seu teor, aceitando, outorgando e subscrevendo o mesmo; (b) a tradução informal de um texto científico em língua estrangeira para que um estudante ou pesquisador tenha acesso a seu conteúdo; (c) a tradução escrita, para posterior difusão, de palestra de visitante estrangeiro, gravada em fita de áudio.

⁸ Que tais “ruídos” podem chegar próximos ao intolerável é evidenciado pela dificuldade de se acompanhar a seqüência discursiva em diálogo informal transcrito ou, inversamente, o efeito penoso de uma leitura em voz alta de texto de palestra, sermão etc. não anteriormente retrabalhado para fins de produção oral.

⁹ Seria por demais desviante da temática central deste trabalho considerar, em detalhe, as diversas variáveis que aqui entram em jogo. Como referência, basta lembrar, sem maiores argumentações, alguns pontos básicos: (1) a possibilidade de uma estruturação sintática (gramatical e textual) mais “frouxa” na oralidade, sem prejuízo da intelecção e, inversamente, a necessidade de uma organicidade sintática mais trabalhada na escrita; (2) a busca da equivalência à musicalidade e à gestualidade pode ser empreendida não apenas por recursos gráficos mas na eufonia e no ritmo frasal, na escolha lexical, na “instrução cênica” etc.; (3) a virtual “inconvertibilidade” ou intradutibilidade, intra ou interlingual, de certas formas típicas da escrita para a oralidade, por exemplo tabelas complexas, logotipos etc.

AS MENSAGENS E OS LIMITES DA “FIDELIDADE”¹

Ao produzir linguagem, inserido na rede imagética referida no Capítulo II, o emissor participa de uma interação comunicativa que transita por três tipos de mensagens: a *mensagem pretendida*, a *mensagem virtual* e a *mensagem efetiva*. A mensagem pretendida constitui aquilo que o emissor “quis dizer”, ou seja, a sua *intenção comunicativa*. A mensagem virtual compõe-se do conjunto de leituras possíveis a partir da expressão lingüística efetivamente gerada. A mensagem efetiva é aquela que se realiza na recepção, no destinatário, condicionada em parte pela expressão lingüística, em parte pelo *saber* e pela *intenção receptiva* do interlocutor.

A expressão lingüística, que manifesta a intenção comunicativa do emissor, já representa um compromisso entre tal intenção e as possibilidades expressivas do código e do próprio emissor, na me-

¹ O que segue constitui, essencialmente, uma reescrita de Aubert (1989).

dida em que seu domínio dos meios de expressão é necessariamente parcial. Assim, a mensagem pretendida e a mensagem virtual mantêm entre si uma relação de intersecção, não de identidade. De forma similar, a mensagem efetiva, apreendida pelo receptor com o suporte de sua competência repectiva, em termos de código e de referente, e de sua intencionalidade, além das diversas e variáveis circunstâncias das *condições de recepção* (grau atencional, ruído ambiental, interferência de terceiros, dinâmica da relação dialógica etc.), representa novo compromisso, em que as potencialidades da mensagem virtual são, novamente, apreendidas de forma parcial e transformadas pelos elementos do suporte cognitivo na mensagem efetiva, não necessariamente mais “pobre” que a mensagem pretendida (às vezes, até pelo contrário), mas certamente diferente desta em vários aspectos.

No caso específico da tradução interlingual, acrescenta-se a essa configuração uma dimensão nova. O ato tradutório toma como ponto de partida uma mensagem efetiva, isto é, a mensagem derivada do texto original tal como decodificada pelo receptor-tradutor e a transforma em nova mensagem pretendida (não idêntica à mensagem efetiva). Tal segunda mensagem pretendida será submetida às mesmas vicissitudes da mensagem pretendida original, passando por nova expressão lingüística, num código e em função de um referente com potencialidades e restrições diversas daquelas que presidiram à geração do texto original, redundando em nova mensagem virtual, que, por sua vez, será apreendida como um conjunto de novas mensagens efetivas (uma por cada ato de recepção/leitura).

Tais circunstâncias, relativamente bem conhecidas e, quiçá, óbvias, colocam em questionamento o compromisso, comumente tido por auto-evidente, de fidelidade por parte do tradutor. Tal fidelidade, afinal, reporta-se a quê?

Parece evidente que não se pode exigir uma fidelidade àquilo que é por definição inacessível: no caso em pauta, a mensagem pretendida do emissor original. Mesmo a mensagem virtual não é diretamente acessível, mas apenas pela intermediação parcial do processo de decodificação. Assim, a matriz primária da fidelidade há de ser, por imposição dos fatos, a mensagem efetiva que o tradutor apreendeu enquanto um entre vários receptores do texto original, experiência individual e única, não-reproduzível por inteiro nem mesmo pelo próprio receptor-tradutor, em outro momento ou sob outras condições de recepção.

Mas o compromisso da fidelidade não se define tão somente na relação texto original/tradutor. Como instrumento humano, suporte, para um ato tradutório, ou seja, de um ato de comunicação interlingual, é de se esperar que o tradutor tenha, como de fato tem – em grau passível, é verdade, de certa variação, conforme a intencionalidade do ato tradutório – um compromisso de fidelidade com as expectativas, necessidades e possibilidades dos receptores finais. Ou, mais apropriadamente, com a imagem que tal tradutor se faz de tais expectativas, necessidades e possibilidades.

Vislumbra-se que o requisito da fidelidade tende a requerer do tradutor a busca e o estabelecimento de um *locus* de equilíbrio entre o centrífugo (a tendência à alteridade) e o centrípeto (a procura

pela identidade). Tal área de equilíbrio, no entanto, não parece ser definível em termos de um ponto fixo e imutável, definível normativamente, *a priori*. Pelo contrário, apresenta oscilações, condicionadas pela atuação de pelo menos três conjuntos de fatores, sempre presentes no processo tradutório:

- (i) fatores vinculados aos participantes do ato tradutório (competência, intencionalidade, relação diacrônica com o texto original e com os destinatários, e outros tantos);
- (ii) fatores relacionados com o complexo código/referente (semelhanças e dissimelhanças entre a língua/cultura de partida e a língua/cultura de chegada);
- (iii) fatores que derivam das funções do texto (referencial, apelativa, estética, metalingüística etc.) e do grau de identidade ou diversidade entre essas funções no contexto do ato tradutório e as funções – supostas, implícitas ou explícitas – que presidiram à geração do texto original.

Ressalta, dessas considerações, o paradoxo da tradução, que nada mais é que uma extensão do paradoxo da interação comunicativa entre os seres humanos, potencializada em grau maior, mas compartilhando de uma mesma natureza intrínseca. As duas fidelidades – para com a mensagem efetiva e para com o destinatário vislumbrado – instituem a diversidade. E a diversidade é a própria justificativa, a razão de ser da tradução. Não fossem diversos os códigos, as culturas, os momentos históricos, os homens, não haveria motivo para se traduzir. Mas,

não houvesse a *tentativa* da fidelidade, a busca sistemática e obstinada de atinar – ainda que em vão – com o que o autor original “quis dizer” e de encontrar meios de expressão para essa intenção comunicativa suposta, também não haveria tradução, diálogo, intertextualidade, intersubjetividade, mas, tão-somente, discursos diversos, cruzados, desconexos, mutuamente incompatíveis. A fidelidade na tradução caracteriza-se, pois, pela conjunção de um certo grau de diversidade com um certo grau de identidade; ela será, não por deficiência intrínseca ou fortuita, mas por definição, por essencialidade, um compromisso (instável) entre essas duas tendências aparentemente antagônicas, atingindo a sua plenitude nesse compromisso e nessa instabilidade.

A AUTONOMIA DO TRADUTOR E DA TRADUÇÃO

Os diversos conjuntos de fatores condicionantes do ato tradutório que foram objeto de exame ao longo das páginas precedentes tiveram entre seus objetivos o de coligar subsídios suficientes para propor respostas às três questões sugeridas na Introdução: (1) é cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento, ou seja, esperar que ele evite, na medida (sobre)humanamente possível, uma atuação que resulte em um filtro entre o texto original e a recepção do texto traduzido na língua de chegada? (2) em que medida os desvios decorrentes de tal confronto são ou não admissíveis na tradução? (3) a diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor?

Essas três questões estão, é óbvio, fortemente interligadas.

A análise das relações imagéticas entre os participantes dos diversos atos de comunicação, in-

clusivo do ato tradutório, bem como a constatação de que ocorre uma intersecção variável e imprevisível, e que jamais se confunde com identidade entre as mensagens, pretendida, virtual e efetiva, comprovam a inviabilidade do “apagamento”, isto é, da produção de um texto, tradução de outro, em que a presença do tradutor não seja manifesta.¹ Será com base na dinâmica das relações imagéticas e dentro dos limites do conjunto de mensagens efetivamente apreendidas que o tradutor, longe de ser um médium passivo para a manifestação do Autor e do texto de partida, terá de tomar decisões nos mais diversos níveis: comunicativo, lingüístico, técnico. É, portanto e inevitavelmente, agente, elemento ativo, produtor de texto, de discurso. Mesmo a tentativa de apagamento – que, de fato, nada mais pode pretender do que ser uma tentativa, através do persistente esforço² de colocar-se “no lugar do outro” – constitui, além de um objetivo inalcançável na sua

¹ Mesmo no caso da tradução dita “automática” (mais apropriadamente designada “tradução automatizada”, ou “tradução assistida por computador”), a marca pessoal do(s) criador(es) do *software* de tradução, bem como a do(s) operador(es) humano(s) que atua(m) na pré e/ou na pós-edição do texto traduzido, far-se-á, fatalmente, presente.

² Tal reforço desenvolve-se, por exemplo, numa perspectiva de reconstrução filológica, textual, biográfica, de interação explícita com o Emissor1 (considere-se, por exemplo, a correspondência entre Guimarães Rosa e seus diversos tradutores). Mas tal empreitada terá como possível recompensa, na melhor das hipóteses, uma aproximação, nunca uma identificação. Afinal, como observou-se no capítulo referente aos Participantes do Ato Tradutório, mesmo nos casos em que o Emissor1 e o Emissor2 constituem uma mesma pessoa, os seus respectivos papéis e interlocutores não são os mesmos, ou não se encontram no mesmo momento da relação comunicativa.

plenitude, uma opção pessoal do tradutor,³ e, portanto, em última análise, o texto traduzido portará as marcas dessa opção pessoal.

Há evidentemente, desvios admissíveis e inadmissíveis. Num certo sentido, traduzir é desviar: ou seja, é a existência do desvio (que preexiste ao ato tradutório e se confirma nele) que institui a própria tradução, que a justifica como operação lingüística, cultural e comunicativa. No entanto, para além de um (in)certo limite, o segundo texto deixa de ser reconhecível como a tradução do primeiro. Mas, onde e como traçar o limite entre essas duas categorias é bem menos evidente. O delineamento nomenclatural proposto na Introdução para a tradução e o traduzir conduz à percepção de que a tradução interlingual constitui apenas uma modalidade de um fenômeno mais amplo. No mesmo sentido, a complexidade das relações intersubjetivas, a variedade motivacional dos interlocutores, as restrições não apenas lingüísticas e culturais mas, com peso frequentemente marcante, também as de ordem temporal, tornam no mínimo difícil, para não dizer impossível, estabelecer *in vitro* um critério ou conjunto de critérios que assegure uma delimitação estável entre o aceitável e o inaceitável, um referencial fixo, aplicável a qualquer situação tradutória.

É essa situação que inevitavelmente gera alguma perplexidade quando nos propomos a avaliar uma tradução ou, mais propriamente, a capacidade

³ Ou, mesmo que exigida externamente – pelo Receptor-Intermediário ou Final – a opção pela tentativa de auto-anulação terá de ser aceita e trabalhada pelo tradutor.

tradutória de um tradutor. Como o Autor teve a oportunidade de assinalar alhures (Aubert, 1990),

[...] nas circunstâncias algo artificiais [...] de um exame escrito [de tradução], não se pode obter, apenas do resultado de tal exame, uma visão abrangente da capacidade *tradutória* dos candidatos, mas, tão-somente, da capacidade *lingüística* dos mesmos. Ou seja, manifestam-se eventuais erros e falhas NA tradução e, apenas vagamente, e por inferência incerta, pode-se detectar erros e falhas DE tradução.

[...] Essa limitação inerente ao exame escrito tem, como é evidente, conseqüências para os critérios de avaliação. [...] Os erros semânticos (de conteúdo), bem como os erros formais (ortográficos e morfossintáticos), podem ser conceituados como erros NA tradução (originados de falhas de competência ou de desempenho lingüístico), mas, não propriamente como erros DE tradução (originados de falhas no domínio das técnicas tradutórias propriamente ditas).

Na linha do que precede, os erros ou inadequações DE tradução reportam-se a duas origens possíveis, não raro imbricadas na mesma atualização: (1) falhas no estabelecimento apropriado de relações de equivalência lingüística e referencial entre o universo textual de partida e o de chegada, e

⁴ Trata-se, aqui, da maior ou menor habilidade em estabelecer relações de equivalência entre elementos lingüísticos e referenciais da língua/cultura de partida com a língua/cultura de chegada, no quadro do texto em questão. Essa habilidade não decorre naturalmente do bilingüismo e/ou da biculturalidade, mas constitui uma outra habilidade, mais propriamente *tradutória*.

(2) impropriedades de ordem comunicativa, atribuíveis menos à competência lingüística e/ou referencial (factual) e mais a uma falta de sintonia entre a *intenção comunicativa* do tradutor e a correspondente *intenção comunicativa* do(s) seu(s) receptor(es).

É particularmente esse segundo aspecto – o risco sempre presente da discrepância entre as respectivas intenções comunicativas do tradutor e dos destinatários da tradução – que torna problemática a delimitação clara entre o desvio não só aceitável, mas, conforme já insistimos, necessário, instituidor da própria tradução, e aquele que se pode afigurar como desnecessário, impróprio, inaceitável. Percebe-se, aqui, que a noção de desvio, na referência à tradução (interlingual ou outra), remete não apenas a um contraste entre texto original e texto traduzido mas, com ênfase igual ou até superior, a um contraste entre situações comunicativas distintas e pressupostos de ordem subjetiva (individual ou coletiva) que ultrapassam a referência ao texto como fato material, tangível (se é que se pode assim considerar), bem como à “norma padrão” dos códigos e dos referentes.⁵ Em suma, não parece ser possível estabelecer um critério único e geral de aceitabilidade ou não dos desvios, cabendo efetuar, caso por

⁵ Uma colega tradutora viu-se certa vez diante de uma situação que, por seu extremismo, ilustra com especial clareza essas colocações. Determinada filial paulistana de uma empresa argentina solicitou-lhe a tradução de seu manual de treinamento, do original castelhano para o português. Efetuado o serviço, o cliente não demorou a reclamar do trabalho, *por estar redigido em português padrão*, e não, como desejavam (mas não haviam explicitado), no “portunhol” terminológico corrente no uso interno da referida filial.

caso, uma avaliação global (e não apenas inspirada em uma lingüística ou uma estilística comparada) que focalize, com elevada prioridade, a maior ou menor coincidência de intenções comunicativas entre os participantes *daquele* ato tradutório em particular (vide, também, Arrojo, 1986).

Talvez a terceira questão – até que ponto a diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui, efetivamente, um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor – seja a de maior importância social, na medida em que a resposta que se der à mesma configurará não só a postura do tradutor perante a sua tarefa mas, principalmente, a postura que se espera perante a figura do tradutor.

Como se pôde verificar nos capítulos precedentes, as exigências – lingüísticas, culturais, sociais, comunicativas, subjetivas – colocadas à tradução são freqüentemente conflitantes, contraditórias. Diante de tal situação, a visão do tradutor como sujeito a uma multiplicidade de servidões implicaria como que seu “esquartejamento”, sua aniquilação e, no limite, a impossibilidade de satisfazer de maneira integral a qualquer uma das múltiplas exigências postas ao ato tradutório. A anulação de sua presença, o requisito do “apagamento”, constitui, portanto, caminho certo e predeterminado para (pré-)julgar o tradutor como intrinsecamente incompetente e seu trabalho como inevitavelmente inadequado.

Mais produtivo, provavelmente, seria perceber que o tradutor, tenha ele próprio consciência do fato ou não, exerce o papel de responsável pela conciliação

entre os diversos requisitos, como administrador dos conflitos, gerenciando e negociando, passo a passo, as soluções e os compromissos possíveis. O tradutor somente poderá desincumbir-se de sua tarefa se dispuser de um grau de autonomia e livre-arbítrio diante dos interesses conflitantes e contraditórios suficiente para assegurar uma elaboração consistente de seu texto, produto este também, e necessariamente, autônomo. Nesses termos, a sua função se assemelha não à de um moço de recados e sim à de um árbitro e, como este, busca, tanto quanto possível, o entendimento, o acordo extrajudicial entre as partes. E é com base na solução global elaborada, é no quadro geral da conciliação proposta, tanto quanto ou mais do que nos detalhes pinçados a esmo em seu texto, que a sua atuação pode ser avaliada.

BIBLIOGRAFIA

- Arrojo, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*, São Paulo, Ática, 1986.
- Aubert, F. H. Fatores condicionantes do valor de mercado da tradução, em *Trabalhos em lingüística aplicada 11*, Campinas, Unicamp/IEL, 1988.
- Aubert, F. H. Etapas do ato tradutório, em *Tradução e Comunicação 1*, São Paulo, Álamó, 1981.
- Aubert, F. H. Descrição e quantificação de dados em tradutologia, em *Tradução e Comunicação 4*, São Paulo, Álamó, 1984.
- Aubert, F. H. A Fidelidade no processo e no produto da tradução. Comunicação apresentada no painel "O conceito de fidelidade em tradução." I Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, em *Trabalhos em Lingüística Aplicada 14*, Campinas, IEL/Unicamp, 1989.

- Aubert, F. H. Roteiro para a banca examinadora, São Paulo, Sociedade de Tradutores Técnicos, 1990. (manuscrito)
- Aubert, F. H. Tradução e universidade: a formação de tradutores profissionais, *Anais do I Seminário de Ensino-Aprendizagem da Tradução*, Salvador, UFBA, 1991a (no prelo).
- Aubert, F. H. *Askeladden e outras aventuras tradutórias*, tese de livre-docência, São Paulo, FFLCH/USP, 1991b.
- Catford, J. C. *Uma Teoria lingüística da tradução*, São Paulo, Cultrix, 1980.
- Coseriu, E. *Teoria del lenguaje y lingüística general*, 2ª ed., Madrid, Gredos, 1969.
- Crispim, M. F. *Para uma análise funcional do sistema grafológico do português do Brasil*, dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1988.
- Gelb, I. J. *A Study of writing*, Chicago, University of Chicago Press, 1952.
- Hjelmslev, L. *Omkring Sprogteoriens Grundlaegelse*, Copenhagen, Akademisk Forlag, 1943.
- Jakobson, R. Aspectos lingüísticos da tradução, em *Lingüística e Comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1969.
- James, C. Genre in translation studies, em *O ensino da tradução*, Anais do 3º Encontro Nacional de Tradutores, Porto Alegre, UFRS, 1989.
- Mel'chuck, I. A. Théorie de langage, théorie de traduction, em *Meta* 23:4, Montreal, PUM, 1978.
- Milton, J. *Past and present trends in literary translation studies*, tese de doutorado, São Paulo, DLM/FFLCH/USP, 1990.
- Mounin, G. *Les problèmes théoriques de la traduction*, Paris, Gallimard, 1963.
- Newmark, P. *Approaches to translation*, Oxford, Pergamon, 1981.
- Nida, E. A. *Towards a science of translating*, Leiden, Brill, 1964.
- Nida, E. A. § Taber, C. *Theory and practice of translating*, Leiden, Brill, 1969.
- Pêcheux, M. et al. *Analyse automatique du discours*, Paris, Dunod, 1969.
- Pinto, A. M. L. F. *O Pronome relativo: a busca de equivalências tradutórias em português e inglês*, São Paulo, PUCSP, 1985.
- Saussure, F. de *Cours de linguistique générale*, Paris, Payot, 1964.
- Simpkin, R. E. Translation specifications, em Picken, C. (org.) *The translator's handbook*, Londres, Aslib, 1983.
- Vinay, J. P. La traduction humaine, em *Le langage*, Encyclopédie de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1968.
- Walshe, M. *Introduction to the scandinavian languages*, Londres, A. Deutsch, 1965.
- Whorf, B. L. *Language, thought and reality*, Londres, Chapman & Hall, 1958.

Letras
 E/R/USP/
 Ed. Unicamp
 Rb
 11/23
 05.00.24
 21420